



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

IN SGD/ME Nº 1/2019, Art. 12

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) consistente na implantação de sala segura, em conformidade com os requisitos da norma ABNT/NBR 10.636 - *"Paredes divisórias sem função estrutural - Determinação da resistência ao fogo - Método de ensaio"* - e os seus respectivos subsistemas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, contemplando:

1.1.1. Elaboração e execução dos Projetos Executivos para a implantação da Solução;

1.1.1.1. O fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra especializada;

1.1.1.2. A montagem e os testes de toda a infraestrutura necessários para a sua operação;

1.1.1.3. A movimentação de ativos de TIC, bem como dos links de comunicação da CONTRATANTE para ambiente do novo data center;

1.1.1.4. Treinamento para operação da Solução Integrada de Alta Disponibilidade para data center, incluindo os seus respectivos subsistemas, a ser ministrado para os agentes públicos indicados pela CONTRATANTE; e

1.1.2. Suporte técnico da solução de TIC pelo período de 12 meses.

Item	Descrição do bem ou serviço	CATMAT/CATSER	Quantidade	Unidade	Valor Máximo Aceitável
1	Implantação de sala segura, em conformidade com os requisitos da norma ABNT/NBR 10.636 - <i>"Paredes divisórias sem função estrutural - Determinação da resistência ao fogo - Método de ensaio"</i> com suporte técnico por 12 meses	20710 (116130)	1	Unidade	12.669.346,84

1.2. Descrição da Solução de TIC

1.3. A Implantação de sala segura, também referenciada neste Termo de Referência como solução integrada de alta disponibilidade para data center, deverá ser conduzida em conformidade com a norma ABNT/NBR 10.636 - *"Paredes divisórias sem função estrutural - Determinação da resistência ao fogo - Método de ensaio"* - e contemplar o projeto, o fornecimento de insumos, a montagem da infraestrutura de apoio, os subsistemas, a movimentação dos equipamentos e links de comunicação, o treinamento para operação da solução e o suporte técnico pelo período de 12 (doze) meses.

1.4. São subsistemas da Solução Integrada de Alta Disponibilidade para data center:

1.4.1. Sala segura - ambiente autoportante e estanque para proteção física de equipamentos de hardware, construído no interior da edificação existente, podendo ser ampliado ou removido e remontado em outro local, preservando suas características de proteção;

1.4.2. Sala de UPS (*Uninterruptible Power Supply*);

1.4.3. Grupo gerador;

1.4.4. Sala de Monitoramento de Segurança (*Security Operation Center* - SOC);

1.4.5. Sala de Telecomunicações;

1.4.6. Sala de Quarentena;

1.4.7. Sala de Desembalagem;

1.4.8. Área técnica

1.4.9. Áreas de Circulação e recepção;

1.4.10. Áreas para infraestrutura: geradores e condensadoras;

1.4.11. Sistema de climatização de precisão e de conforto;

1.4.12. Sistemas de detecção e combate a incêndio;

1.4.13. Sistemas de monitoração e supervisão do ambiente e da

infraestrutura

1.4.14. Infraestrutura elétrica e de aterramento;

1.4.15. Sistema de controle de acesso;

1.4.16. Piso técnico elevado;

1.4.17. Cabeamento estruturado;

1.4.18. Sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV);

1.4.19. Suporte técnico pelo período de 12 (doze) meses.

1.5. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são aqueles discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços, anexa a este Termo de Referência.

1.6. **Classificação dos bens/serviços**

1.6.1. Devido à padronização existente no mercado, a solução de tecnologia da informação aqui pretendida, atende a protocolos, métodos e técnicas preestabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

1.6.2. Assim, a solução objeto desta contratação abrange o fornecimento de bens e a execução de serviços comuns, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e será contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

1.6.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

1.6.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.6.5. Vale destacar, ainda, que a implantação da solução integrada de alta disponibilidade para data center abrange, como se verifica nos documentos técnicos trazidos aos autos, a execução de determinados serviços de engenharia. Contudo, deve-se ter em mente que a demanda por esses serviços, no presente caso, não resulta de uma inadequação estrutural do prédio da Abin em que será instalada a solução, sendo, na verdade, diretamente relacionada a **requisitos necessários para implantação da sala segura.**

1.6.6. Assim, as atividades de engenharia elétrica ou civil a serem executadas pela empresa contratada relacionam-se a necessidades inerentes à própria atividade de implantação da solução integrada de alta disponibilidade para data center, cujos detalhes somente a empresa que promoverá a instalação da sala segura tem condições de conhecer e, por isso mesmo, de executar. **Não se trata, pois, no caso, da contratação de serviço de engenharia propriamente dito, mas, de forma diversa, da contratação de uma solução de TIC que interliga diversas áreas de expertise, inclusive a da engenharia.**

1.6.7. Por fim, cabe destacar que, apesar de a solução de alta disponibilidade para data center ser composta por diversos subsistemas, trata-se de uma única solução de TIC que tem como objetivo trazer integridade e disponibilidade aos equipamentos de TIC que serão instalados em seu interior.

1.7. **Aplicabilidade do direito de preferência na contratação de bens e serviços de informática**

1.7.1. Considerando que o objeto da licitação se amolda ao conceito de bem de tecnologia da informação e comunicação estabelecido art. 16-A, será assegurado, na presente licitação, o direito de preferência previsto no art. 3º do referido diploma legal, conforme procedimento estabelecido nos arts. 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2. **JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO**

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) hospeda em seu data center documentos e ferramentas que auxiliam o processo decisório Nacional. Os documentos produzidos pela agência, muitos classificados como restrito ou secreto, necessitam de elevados níveis de segurança, pois tratam de questões de segurança nacional e conhecimentos de inteligência sobre organizações, inclusive sobre governos internacionais. Dentre as ferramentas disponibilizadas, existem soluções que estão em uso pelo primeiro escalão do Executivo Federal, além de diversos recursos de segurança próprios, desenvolvidos pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações - CEPESC, os quais empregam criptografia de Estado.

Esses sistemas e serviços que apoiam a execução da atividade de inteligência foram projetados para trabalhar de forma ininterrupta, vinte e

quatro horas por dia, sete dias por semana, a fim de garantir que a informação possa fluir desde a equipe de campo, que está empenhada na coleta de informações, passando pelos analistas, até chegar às esferas decisórias. Assim, a disponibilidade desses sistemas é fundamental para a Atividade de Inteligência.

O atual data center da ABIN foi instalado num edifício antigo, da época da construção da ABIN, e não dispõe de características mínimas necessárias para comportar os equipamentos e informações ali hospedados, tal como infraestrutura elétrica, frigorígena ou mesmo de segurança das instalações e de controle de acesso. Conta em seu desfavor a forma como o ambiente foi crescendo de forma improvisada ao longo do tempo, pois gera riscos de curtos elétricos ou alagamento por condensação das máquinas de ar condicionado.

As adequações realizadas para instalar o data center no local já não comportam mais as necessidades de negócio e segurança da Agência. A entrada do prédio, até pouco tempo atrás, não era resguardada por vigia ou câmeras de segurança e, ainda hoje, não há vigilância fora do horário comercial ou nos fins de semana. Tampouco há alarmes que notifiquem alguém caso ocorra algum incidente na sala.

No âmbito da infraestrutura do data center, as paredes divisórias que separam o ambiente são inflamáveis e frágeis e não protegem o ambiente contra a entrada por força bruta. Há falhas nos sistemas de energia que causam indisponibilidade dos serviços e o sistema de ar condicionado apresenta vazamentos que diversas vezes já causaram um princípio de alagamento na sala de servidores. Não existem sistemas de alarme ou combate a incêndio e, até que um incidente dessa natureza seja notado, possivelmente a maior parte dos equipamentos já teria sido destruída.

Cabe ressaltar que o data center é o local onde estão instalados todos os equipamentos de TIC que armazenam e processam os dados coletados até que seja produzida inteligência. Não obstante o valor elevado desses ativos de TIC, há de se observar o valor das informações ali mantidas, que são de grande valor para a sociedade brasileira e o assessoramento nacional.

A salvaguarda de documentos e a disponibilização de serviços de TIC fora do ambiente da ABIN representa um risco potencial de acesso, não somente aos dados, mas aos próprios mecanismos de criptografia de Estado empregados na proteção das informações. Neste sentido, o Guia de Boas práticas, orientações e vedações para contratação de Serviços de Computação em Nuvem, vinculado à Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016, na forma de anexo, tendo sido assinado, em sua última versão, pelo Secretário de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 13/05/2016, estabelece que, para os casos de serviços de TIC que possam comprometer a segurança nacional, os órgãos devem contratar serviços de computação em nuvem com os órgãos ou entidades da Administração Pública Federal ou podem realizar diretamente Serviços de TIC próprios e, no caso dos Serviços de TIC próprios, quando comprometer a segurança nacional, sua operação não poderá ser compartilhada ou contratada de terceiros.

Assim, tendo como meta resguardar as informações e equipamentos, além de propiciar o funcionamento adequado e ininterrupto dos serviços de TIC prestados pela ABIN e, em última análise, a essencialidade e o interesse público dos serviços prestados pela ABIN, esta contratação visa a construção de solução integrada de alta disponibilidade para data center, composta por uma sala segura em conformidade com a norma ABNT/NBR 10.636 e seus respectivos subsistemas.

2.1. Da relação entre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações e os Objetivos Estratégicos

A relação entre a contratação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações e o seu respectivo alinhamento com os Objetivos Estratégicos da ABIN foram elencados no Documento de Oficialização da Demanda.

2.2. Da relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto

O projeto prevê a construção de uma única solução integrada de alta disponibilidade para data center com seus subsistemas. Todo o ambiente foi dimensionado para atender a demanda atual e futura da ABIN em relação a acomodação e manutenção dos equipamentos e serviços de TIC.

Uma das premissas do projeto é garantir a disponibilidade dos serviços e sistemas de TIC hospedados no data center. Dessa forma, o projeto prevê a aquisição de 2 (dois) grupos moto gerador e duas fontes de energia ininterruptas (nobrek).

Para determinar o tamanho da célula segura e dos componentes que a suportam foi realizado um inventário de todos os equipamentos que serão instalados no novo data center, analisando a quantidade de unidades de rack (U), potência elétrica nominal e dissipação de calor por dispositivo, considerando o valor aproximado de 1 watts de dissipação para cada 1 watts de

potência nominal dos ativos. Também foi considerado que os equipamentos foram organizados de acordo com a sua funcionalidade, e que é necessário deixar alguns espaços para manobra de cabos entre os dispositivos.

O inventário resultou em uma necessidade de espaço em uso de 377Us e 142.185W de potência, além de 112Us distribuídos entre os racks em uso para organização de equipamentos e manobra de cabos.

Considerando que cada rack planejado para o novo data center possui 44Us, foi identificada a necessidade de ao menos 12 (doze) racks no ambiente. Ressalta-se que, pensando em economia energética e melhor aproveitamento do sistema de ar condicionado, o ambiente seguro será construído com uma solução de confinamento de corredor que requer que os racks sejam organizados em duas filas, em quantidade par, formando uma espécie de caixa fechada.

Cabe destacar ainda que a sala segura foi projetada para hospedar a autoridade certificadora da Abin, inclusive possui uma área dedicada para isso com porta independente e gradil metálico separando esses equipamentos.

Com os parâmetros de quantidade e desenho descritos acima chegou-se a conclusão que são necessários aos menos 14 (catorze) racks. Foram adicionados outros 2 racks para reserva técnica prevendo uma possível expansão do ambiente.

O quantitativo final de racks e espaço necessário para a sala ficou assim definido:

- 2 (dois) racks, em ambiente segregado, para atender as necessidade de segurança da Autoridade Certificadora da ABIN;
- 12 (doze) racks para acomodar todos os equipamentos instalados no atual data center da ABIN;
- 2 (dois) racks para atender uma futura expansão da capacidade de processamento e armazenamento da ABIN.

Seguindo as melhores práticas de projeto de ambiente de data center e ainda os padrões estabelecidos pela norma EIA/TIA 942, os 16 racks foram divididos em duas fileiras com 8 racks cada uma.

O corredor entre os racks foi definido com uma largura de 1,20m para permitir a manutenção das placas de piso elevado e também a instalação e manutenção dos servidores dentro dos racks.

Também foi considerada área para circulação e manutenção dos cabos atrás dos racks, espaço para instalação e manutenção das máquinas de ar condicionado, quadros elétricos e sistema de combate a incêndio.

Considerando todos os pontos apresentados, a célula segura foi estimada com área útil interna de 48m² (quarenta e oito metros quadrados).

A solução também prevê a construção das salas técnicas necessárias para acomodar os equipamentos de infraestrutura elétrica (sala de UPS) e de telecomunicações (sala de telecom), além de salas para testes e quarentena de novos equipamentos (sala de quarentena e desembalagem). Estão previstas ainda, salas administrativas para que a equipe do CEPESC possa operacionalizar um Centro de Operações de Rede e Segurança.

2.3. Do parcelamento ou não da contratação

2.3.1. Do não parcelamento da implantação da sala segura e seus subsistemas

Não se aplica, pois trata-se de contratação de solução integrada, indivisível, e que deverá ser entregue, instalada e configurada por uma única empresa. Assim, a licitação será realizada na modalidade pregão eletrônico, com julgamento pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL atendidas as especificações e características técnicas exigidas no presente Termo de Referência.

Em que pese a percepção de que os vários subsistemas exigidos pela solução integrada de data center poderiam ser parcelados em itens distintos, é importante ressaltar a característica de uma solução única para o objeto da licitação.

Do ponto de vista técnico, a previsão de um único fornecedor é imprescindível para que haja a integração dos diversos subsistemas da solução. Com mais de um fornecedor, esses subsistemas seriam distintos, com métodos de utilização diferentes uns dos outros, além de interfaces de integração próprias, o que pode até mesmo inviabilizar a entrega do objeto tal qual está sendo proposto.

A solução integrada de alta disponibilidade para data center pressupõe o funcionamento harmônico entre todos os componentes e subsistemas previstos, de tal forma que possam ser monitorados e gerenciados como uma única solução. O parcelamento em itens distintos implicaria, por outro lado, na aceitação de fornecedores distintos, com soluções próprias, sem a garantia de que tais subsistemas poderiam ser integrados entre si posteriormente, culminando, em último caso, no não atendimento do objeto previsto no edital, qual seja, uma solução que pressupõe a integração de subsistemas.

O parcelamento da solução, portanto, implicaria na assunção do risco de serem adjudicados e, posteriormente instalados, subsistemas fornecidos por diferentes licitantes e que não necessariamente seriam integrados entre si por falta de compatibilidade.

Por outro lado, considerando a contratação como uma solução única, a ABIN pode solicitar características de funcionamento como "redirecionar uma câmera de monitoramento para um determinado local onde foi detectado uma tentativa de acesso não autorizado", independente das interfaces dos subsistemas de videomonitoramento e de controle de acesso. Isso porque uma única contratada será responsável pelo emprego de componentes compatíveis entre si.

Importante ressaltar ainda, que foge do escopo do projeto a especificação de interfaces de integração e comunicação entre os diferentes subsistemas, pois, para a ABIN interessa a funcionalidade especificada e não como ela é implementada em cada componente específico. É, portanto, atribuição da contratada a instalação dos subsistemas e também a integração deles com os componentes de monitoramento e gerenciamento do ambiente de data center.

A adjudicação do objeto desta contratação a empresas distintas abre margem para que os fornecedores não entreguem equipamentos ou componentes compatíveis entre si, ou deixem de prestar a garantia técnica, alegando que a falha de um componente sob sua responsabilidade foi causada por falha de componente sob responsabilidade de outra contratada.

De modo a impedir que esse cenário se torne realidade, comprometendo a disponibilidade de todos os serviços de TIC da Abin, é fundamental que o objeto desta contratação seja adjudicado a uma única licitante. As razões aqui elencadas, por estabelecerem de modo claro que há prejuízo técnico no parcelamento do objeto, se coadunam com a previsão existente na Súmula nº 247/2004 do TCU:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Ainda, o Acórdão nº 3.140/2006-TCU demonstra que nem sempre a licitação com o parcelamento do objeto é a mais eficiente em termos econômicos para a administração, especialmente quando considerados objetos de alta complexidade:

"Cabe considerar, porém, que o modelo para a contratação parcelada adotado nesse parecer utilizou uma excessiva pulverização dos serviços. Para cada um de cinco prédios, previram-se vários contratos (ar condicionado, instalações elétricas e eletrônicas, instalações hidrossanitárias, civil). Esta exagerada divisão de objeto pode maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa a contratação (...) embora as estimativas numéricas não mostrem consistência, não há nos autos nenhuma evidência no sentido oposto, de que o parcelamento seria mais vantajoso para a Administração. Ao contrário, os indícios são coincidentes em considerar a licitação global mais econômica" (Acórdão nº 3140/2006 do TCU).

Considerando ainda que a ABIN é uma Agência de Inteligência, que o acesso ao *campus* é restrito e controlado e a supervisão constante de terceiros dentro do complexo é uma premissa da segurança corporativa, a presença de múltiplos prestadores de serviços atuando no ambiente pode não só comprometer o sigilo da solução e do ambiente, mas também trazer fragilidades ao funcionamento da solução contratada. Posteriormente, caso seja necessário rastrear possíveis vazamentos de dados relativos ao projeto da sala segura, a dificuldade de apuração de responsabilidade aumenta quando se considera mais de uma contratada.

As restrições de acesso ao ambiente de construção da sala segura levam em conta não apenas o projeto do espaço físico, mas também, e principalmente, a posterior movimentação dos ativos de TIC, considerando a existência de ativos de TIC desenvolvidos pela própria ABIN, utilizando algoritmos criptográficos de Estado, para garantir a segurança das comunicações.

Embora tenham no mercado empresas especializadas em algumas atividades individuais, tais como o fornecimento da sala segura, a realização de *moving* ou o fornecimento de cada um dos subsistemas de forma independente, optou-se pela adjudicação de todas as etapas a apenas uma licitante. Assim, o não parcelamento da solução, além de considerar os aspectos técnicos da solução a ser contratada, tem o objetivo de minimizar o risco de incorporação de vulnerabilidades relacionadas à segurança patrimonial da instituição.

2.3.2. Do não parcelamento da montagem da sala segura do suporte técnico

Para que se compreenda a inviabilidade de parcelamento entre o suporte técnico e a montagem da sala segura é preciso considerar que:

I - A **garantia técnica**, legal ou contratual está atrelada à qualidade, segurança, durabilidade e desempenho do bem ou do serviço fornecido pela contratada. Comumente referenciada no mercado, a garantia técnica assegura por um determinado período, o conserto ou a troca de um produto em decorrência de defeitos provenientes de sua fabricação, sendo prestada pelo fabricante ou assistências técnicas e sem custo adicional ao contratante.

Nos contratos públicos, a garantia técnica vincula o fornecedor ou executor à responsabilidade pelo correto funcionamento da solução e decorre do disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/1993, segundo o qual *"o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados"* e também do art. 73, § 2º: *"o recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato"*.

II - As **Manutenções corretivas** são destinadas a corrigir os defeitos apresentados por um determinado bem, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias, de acordo com as normas técnicas específicas ou de acordo com as orientações do fabricante.

III - As **manutenções preventivas** são aquelas executadas proativamente, a partir do monitoramento do estado de determinados componentes, a fim de manter uma solução em pleno funcionamento, evitando falhas, mau funcionamento ou até mesmo a parada da solução. Através da manutenção preventiva ações a que aumentam a vida útil do bem e programar paradas dos sistemas, evitando-se assim, perda de dados ou indisponibilidade de serviços.

Em algumas relações comerciais é possível adquirir um bem com garantia técnica e, ao mesmo tempo, contratar um serviço de suporte técnico associado ao mesmo objeto. A compra de um ar-condicionado, por exemplo, com garantia de 12 (doze) meses pode ser acompanhada da contratação de um serviço de suporte que cubra as manutenções preventiva e corretiva (como a limpeza e higienização dos filtros e a substituição do gás refrigerante), também por 12 (doze) meses. Neste caso, é possível distinguir a cobertura da garantia (defeitos de fabricação) daquelas associadas às manutenções.

Há casos, no entanto, em que a distinção entre um defeito de fabricação e uma ação de manutenção não é clara, dificultando a atribuição de responsabilidade nos casos em que um fornecedor é responsável pela garantia técnica e outro pela manutenção. Esta dificuldade permeia situações em que a identificação do problema passa por uma análise do ambiente em que o objeto ou produto está inserido, ou seja, em que ele é apenas um dos componentes de uma determinada solução. É o caso, por exemplo, do subsistema de climatização de precisão, previsto para integrar a solução de sala segura. Uma parada inesperada desse elemento pode ter diversas causas e a descoberta do problema requer uma análise minuciosa de todo o ambiente para identificar se a falha é decorrente de: i) defeito de fabricação; ii) execução incorreta da instalação; iii) deficiência da corrente de energia fornecida ao equipamento; iv) imprudência ou imperícia na execução de manutenções preventivas; ou v) sabotagem. Todas essas análises devem ser realizadas de tal forma que o ambiente permaneça em funcionamento, afinal a sala segura é projetada para acomodar equipamentos de TIC que dissipam muita energia, ou seja, sem que o ambiente entre em colapso pelo excesso de calor. Neste caso específico, é inadmissível que a descoberta da causa do problema dependa da discussão entre diferentes fornecedores para apontar quem é o responsável por sua resolução, aquele que forneceu e instalou o subsistema (responsável pela garantia técnica) ou aquele responsável pelas manutenções preventiva e corretiva.

Portanto, para que não haja conflito entre diferentes fornecedores exatamente no momento em que é necessário o acionamento da garantia ou da manutenção corretiva, já que isso pressupõem um estado crítico da solução (algo deu errado e ações precisam ser tomadas para restabelecer a disponibilidade do ambiente), torna-se inviável a desvinculação da garantia técnica dos serviços de manutenção. Assim, o **Suporte Técnico** para esta contratação compreende a garantia técnica, a manutenção preventiva e a manutenção corretiva.

Considerando, ainda, a impossibilidade de desvinculação entre a garantia técnica e os serviços de manutenção, o **Suporte Técnico** deve ser executado pela empresa que montar e integrar a solução, o que torna inviável o desmembramento desse item da própria implantação da sala segura.

O não parcelamento entre a montagem da sala segura e o suporte

técnico decorre da complexidade do objeto, especialmente no que tange às diversas interfaces entre um subsistema específico e o restante dos componentes da sala segura. Os componentes da sala segura, assim como os equipamentos que compõem os subsistemas, são específicos, de maior complexidade do que aqueles rotineiramente encontrados no mercado, integrados de modo a configurar uma única solução, de tal forma que o desmembramento do suporte técnico, para que fosse licitado isoladamente e pudesse ser adjudicado a outra empresa, poderia comprometer, em primeira análise, a viabilidade técnica da solução.

A contratação do suporte técnico atrelada ao fornecimento e implantação da solução de data center é uma prática de mercado e, como explicitado, visa entregar ao CONTRATANTE a garantia técnica da solução, mantendo-a em pleno funcionamento através das manutenções preventivas, corretivas e até a troca de peças defeituosas. Contratações similares foram realizada recentemente por órgãos públicos como o pregão eletrônico 05/2019 realizado pelo CADE e também o processo 08006.000180/2019-08 e pregão eletrônico 20/2020 realizado pelo Ministério da Justiça.

Cabe ressaltar que a contratação do suporte técnico tem vigência de 12 meses, sem possibilidade de prorrogação, para que a ABIN esteja familiarizada ao funcionamento da sala segura e às rotinas e problemas corriqueiros na operação da solução, o que, a partir do segundo ano de funcionamento, possibilitará uma melhor estimativa da necessidade e do quantitativo desse serviço, das peças e componentes necessários, viabilizando, assim, a licitação específica desse serviço, por meio de pregão, em observância ao princípio da competitividade.

2.4. Da indicação da marca/modelo da solução

Não se aplica, pois não haverá indicação de marca para aquisição da solução integrada de alta disponibilidade para data center. O que se pede é a integração e compatibilidade dos componentes da solução entre si e com os dispositivos de segurança e monitoramento já instalados na ABIN.

2.5. Da permissão de formação de consórcio

A permissão de participação de empresas consorciadas visa permitir a inclusão de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica exigidos pelo instrumento convocatório. Com o objetivo de ampliar a competitividade, a Equipe de Planejamento da Contratação considera que não há impeditivos técnicos que inviabilizem a participação de empresas consorciadas, desde que observadas as normas previstas no Art. 33 da Lei 8.666/93.

2.6. Da subcontratação da solução

2.6.1. Em face à complexidade dos serviços é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, desde que respeitados os requisitos de qualificação técnica do profissional alocado para a execução do serviço na ABIN.

2.6.2. É vedada a sub-rogação completa do objeto ou a subcontratação das parcelas de maior relevância e complexidade técnicas e valor significativo do objeto da licitação, especificadas no 10.8.4.3. deste Termo de Referência .

2.6.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

2.6.4. A Contratada deverá submeter à apreciação da Contratante os documentos de regularidade fiscal e trabalhista e os atestados de capacidade técnica que demonstrem a experiência anterior da subcontratada em relação à execução de serviços similares àqueles que deverão ser por ela executados.

2.6.5. A empresa licitante deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal das empresas subcontratadas, sob pena de não autorização da subcontratação.

2.6.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

2.7. Do prazo da vigência do contrato e outros prazos

O prazo de vigência da contratação foi previsto para compreender o projeto do ambiente da sala segura e a implantação desse ambiente de alta disponibilidade, incluindo todos os subsistemas auxiliares, bem como a movimentação dos ativos de TIC do atual CPD da Abin para o novo local. Compreende ainda a vigência do suporte técnico, que deve ser prestado pelo

período de 12 (doze) meses a partir do recebimento definitivo da solução.

Embora o prazo de vigência do contrato seja de 24 (vinte e quatro) meses, há prazos específicos definidos para cada uma das etapas, conforme previsto no cronograma físico-financeiro. O cumprimento dessas etapas implica na remuneração da contratada, que deve ocorrer à medida em que os resultados forem obtidos (conclusão das etapas).

Cumprir esclarecer que o prazo estabelecido para o suporte técnico (12 meses) corresponde à vigência da garantia técnica da solução. Conforme demonstrado no item 2.3.2 deste Termo de Referência, nas justificativas para o não parcelamento da montagem da sala segura do suporte técnico, é inviável desvincular a garantia das manutenções preventivas e corretivas, de tal forma que todos esses serviços devem ser executados pela mesma empresa que fornecer a solução de alta disponibilidade para data center.

Assim, em que pese o suporte técnico ser um serviço de natureza contínua e estar sujeito a uma contratação de até 60 (sessenta) meses, a ABIN estabeleceu que, num primeiro momento, o suporte deve ser prestado somente pelo tempo que seria previsto para a garantia técnica (12 meses). Ao fim desse período, com os técnicos da ABIN já familiarizados com a solução e, considerando que há no mercado diferentes empresas especializadas em manutenção de ambientes de data center, uma nova licitação será conduzida para selecionar a proposta mais vantajosa apenas para o serviço de suporte técnico.

2.8. **Do Registro de Preços (RP) e formação de cadastro reserva**

Não se aplica. Não serão registrados os preços para essa contratação.

2.9. **Da vistoria técnica**

2.9.1. A vistoria tem por objetivo propiciar aos licitantes o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que elas tomem conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influenciar sobre o custo, a preparação da proposta e a execução do objeto.

2.9.2. A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços a partir do dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

2.9.3. A vistoria irá ocorrer na Sede da ABIN, no Setor Policial Sul Área 5, Quadra 01, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h, de 2ª a 6ª feira, devendo ser previamente agendada pelo telefone (61) 3445-8867.

2.9.4. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

2.9.5. Para realizar a vistoria, o profissional indicado pela licitante deverá assinar **Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS**, anexo IV, específico a ser fornecido pela ABIN e ficará sujeito às sanções civis e penais decorrentes da divulgação não autorizada de informação sigilosa a que tiver conhecimento.

2.9.6. Após a realização da vistoria, a licitante deverá preencher o Termo de Vistoria, conforme Anexo V, declarando que a empresa procedeu vistoria nas instalações da ABIN e tomou conhecimento de todas as condições necessárias para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, de forma a subsidiar a formulação de sua proposta.

2.9.7. As LICITANTES que não possuam escritório em Brasília poderão realizar áudio e vídeo conferência com a equipe da ABIN para levantamento de informações técnicas que ajudem a subsidiar a elaboração da proposta, através do telefone (61) 3445-8867, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h, de 2ª a 6ª feira, mediante agendamento prévio pelo telefone (61) 3445-8867.

2.9.8. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

2.9.9. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria presencial, deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo constante do Anexo VI.

2.9.10. Não serão aceitas alegações posteriores quanto a desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvidas ou esquecimento que possam provocar empecilhos na entrega da solução aqui discriminada, ou mesmo gerar atrasos na execução das etapas dos trabalhos, arcando a empresa com quaisquer ônus decorrentes desses fatos, sendo necessária declaração das licitantes de que conhecem as condições locais para a execução do objeto, conforme Acórdão nº 983/2008-TCU-Plenário.

2.9.11. A ABIN poderá, em qualquer fase do processo licitatório e da vigência do contrato, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar as instruções do processo, obrigando as licitantes a prestar todos os esclarecimentos necessários;

2.9.12. As diligências poderão ser realizadas mediante a solicitação de declarações ou qualquer documentação oficial da licitante que esclareça um fato ou resolva uma situação que enseje detalhamento. Também pode ser realizada mediante visita técnica da ABIN às instalações da licitante.

2.10. Da exigência de amostras ou prova de conceito

Não serão exigidas amostras ou prova de conceito, porém, os produtos ofertados pela licitante classificada em 1º lugar passarão por inspeção e testes de avaliação para verificar seu pleno funcionamento durante as etapas de recebimento.

Para aferir a aderência dos produtos ofertados às especificações estabelecidas no Termo de Referência, serão analisadas a proposta e a documentação técnica apresentadas pela licitante classificada em primeiro lugar.

2.11. Da consulta ou audiência pública

Não houve consulta ou audiência pública, pois a contratação em questão não se encaixa nos parâmetros legais para exigência de consulta pública, conforme previsto no art. 39 e art. 23, inciso I, alínea "c" da Lei nº 8.666/93.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos de negócio, que independem de características tecnológicas e que definem as necessidades e os aspectos funcionais da solução de TIC.

3.1.1. A solução a ser adquirida deve prover infraestrutura de *data center* da ABIN compatível com as informações e aplicações em produção e com as especificações mínimas de segurança e disponibilidade necessárias para a consecução da atividade de Inteligência. A solução deve ter características estruturais, e essenciais, que protejam os ativos de informação instalados dentro do *data center* tais como:

- a) Proteção contra arrombamentos;
- b) Controle de acesso físico;
- c) Vídeo-monitoramento;
- d) Prevenção e combate a incêndios;
- e) Autossuficiência elétrica;
- f) Sistema de ar condicionado de precisão e com funcionamento ininterrupto;
- g) Espaço segregado para a instalação da Autoridade Certificadora da ABIN.

3.2. Requisitos de capacitação, que definem a necessidade de treinamento, de carga horária e de materiais didáticos;

3.2.1. Considerando que se trata de aquisição de uma solução para a qual as equipes da ABIN podem não ter conhecimentos técnicos suficientes para operação, fazem parte da solução treinamentos específicos.

3.2.2. Os treinamentos devem compreender o funcionamento básico dos sistemas que compõe a solução integrada de alta disponibilidade para *data center* incluindo os módulos:

- 3.2.2.1. Infraestrutura da célula segura;
- 3.2.2.2. Sistemas elétricos do *data center*;
- 3.2.2.3. Sistemas de climatização;
- 3.2.2.4. Sistema de detecção e combate a incêndio;
- 3.2.2.5. Arquitetura física do cabeamento de rede instalado na sala.

3.2.3. Cada treinamento deverá ter carga horária mínima de 8 (oito) horas e deve ser ministrado nas dependências da ABIN.

3.2.4. O idioma a ser utilizado nos treinamentos (e nos materiais didáticos) deve ser necessariamente o português.

3.2.5. A CONTRATADA deverá instruir a equipe da CONTRATANTE a operar todos os componentes da solução, de forma a prover o conhecimento dos recursos técnicos e operacionais necessários à utilização dos recursos;

3.3. Requisitos de capacitação, que definem o ambiente tecnológico dos treinamentos e perfis dos instrutores

3.3.1. O treinamento deverá ser conduzido por profissionais indicados pela CONTRATADA e realizado nas instalações da ABIN em Brasília;

3.3.2. Durante o treinamento os alunos deverão ser apresentados aos equipamentos e subsistemas que compõe a solução integrada de alta disponibilidade para data center;

3.3.3. Todas as despesas com transporte e hospedagem de instrutores, coffee break e qualquer outra que seja necessária à efetiva realização do treinamento são de responsabilidade da CONTRATADA;

3.3.4. Os treinamentos deverão ser realizados em horário comercial, de segunda à sexta-feira.

3.4. **Requisitos legais, que definem as normas com as quais a solução de TIC deve estar em conformidade**

3.4.1. A solução pretendida consiste de um ambiente seguro que tem suas características construtivas definidas em diferentes normas técnicas brasileiras que estabelecem boas práticas e recomendações para a proteção da infraestrutura e sistemas de TIC, entre elas podemos destacar as normas ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013, ABNT NBR 11515:2007, ABNT NBR 15247:2004, Norma ABNT NBR 10636:1989 e Norma ABNT NBR IEC 60529:2011.

3.4.2. Na construção da solução integrada de alta disponibilidade para data center deverão ser observadas todas as normas pertinentes ao ambiente seguro, bem como as normas referentes a cada um dos subsistemas que compõe a solução.

3.4.3. **Normas específicas:** Associado ao ambiente seguro estão os subsistemas componentes da solução integrada de alta disponibilidade para data center. A construção desse ambiente depende de diversas normas que deverão ser observadas em todas as etapas de construção do ambiente. São elas:

3.4.3.1. NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;

3.4.3.2. NBR 14039 – Instalações elétricas de alta tensão;

3.4.3.3. NBR 6880 – Conjuntos de manobra e controle de baixa tensão montados em fábrica;

3.4.3.4. NBR 5410 – Sistema elétrico;

3.4.3.5. NBR 5419 – Sistema de proteção contra descargas atmosféricas;

3.4.3.6. NBR 14565 – Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada;

3.4.3.7. ANSI/EIA/TIA TR-42.7.1 – Cooper Cabling System Workgroup – Category 6 – draft 10;

3.4.3.8. ANSI/EIA/TIA-568B – Commercial Building Telecommunications Cabling Standard;

3.4.3.9. EIA/TIA-569-A – Commercial Building Standard telecommunications Pathways and spaces;

3.4.3.10. EIA/TIA-607 – Commercial Building Grounding / Bonding requirements;

3.4.3.11. EN 1047 – Parte 1 e 2 e a UL-72 (ensaio de cofres);

3.4.3.12. NBR-6401 – Instalações Centrais de Ar Condicionado para Conforto;

3.4.3.13. NBR 9077 – Saídas de Emergência em Edifício;

3.4.3.14. NBR 10636:1989 – Paredes divisórias sem função estrutural – Determinação da resistência ao fogo

3.4.3.15. NBR 10898 – Sistemas de iluminação de emergência;

3.4.3.16. NBR 11742 – Porta corta-fogo para saída de emergência;

3.4.3.17. NBR 12692 – Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio;

3.4.3.18. NBR 12693 – Sistemas de Proteção por extintores de incêndio;

3.4.3.19. NBR 13434 – Sinalização de segurança contra incêndio e pânico – formas, dimensões e cores;

3.4.3.20. NBR 13435 – Sinalização de segurança contra incêndio e pânico;

3.4.3.21. NBR 13437 – Símbolos gráficos para sinalização contra incêndio e pânico;

3.4.3.22. NBR 13714 – Instalações hidráulicas contra incêndio, sob comando, por hidrantes e mangotinhos;

3.4.3.23. NBR 9441 – Execução de sistemas de detecção e alarme de incêndio;

3.4.3.24. NBR IEC 60529:2011 – Graus de proteção para invólucros de equipamentos elétricos

3.4.3.25. NR 23, da Portaria 3214 do MT – Proteção contra incêndio para locais de trabalho;

3.4.3.26. NFPA – National Fire Protection Association (Vol. 72 e 2001).

3.5. Requisitos de manutenção que independem de configuração tecnológica, e que definem a necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa

3.5.1. A CONTRATADA deve prestar suporte técnico por 12 (doze) meses, contados a partir do Recebimento Definitivo da movimentação dos equipamentos e verificação da solução completa e em pleno funcionamento;

3.5.2. O suporte técnico, prestado pela CONTRATADA, deve contemplar a garantia técnica e os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, além de atualizações de versão e de releases dos softwares, sem qualquer custo adicional;

3.5.3. Tanto a manutenção corretiva quanto a manutenção preventiva deverão ser realizadas nas dependências da CONTRATANTE (*onsite*). Não será permitido acesso remoto a nenhum dos componentes da solução adquirida;

3.5.4. Os serviços de manutenção deverão ser prestados em regime 24 x 7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), com vistas a manter os equipamentos e sistemas fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;

3.5.5. Todos os custos necessários ao transporte dos equipamentos, traslado e ainda a estadia de técnicos ou qualquer outro tipo de serviço necessário para o cumprimento da garantia deverão ocorrer por conta da CONTRATADA;

3.5.5.1. Conforme definido no item 2.3.2, a manutenção preventiva consiste em procedimentos destinados a conservar a solução de alta disponibilidade para data center em perfeito estado de funcionamento, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, de forma a garantir a segurança do ambiente, dos bens e informações nele depositados.

a) A manutenção preventiva compreende a visita de técnico(s) da CONTRATADA em horários previamente agendados com a CONTRATANTE;

3.5.5.2. A manutenção corretiva, conforme definido no item 2.3.2, é aquela destinada a corrigir eventuais defeitos apresentados pela solução integrada, recolocando todos os componentes da solução em plena condição de funcionamento e desempenho após a ocorrência do defeito, incluindo o fornecimento e substituição de peças, ou até mesmo a substituição do equipamento defeituoso e ajustes necessários, sem ônus para a CONTRATANTE.

a) As manutenções corretivas serão efetuadas mediante abertura de chamado pela CONTRATANTE, com a finalidade de correção do defeito, inclusive para substituição de peças quando necessário ou para atualização da versão dos softwares;

b) Caso um equipamento da solução falhe recorrentemente mais de 3 (três) vezes, pelo mesmo motivo, ficando constatado que não está atendendo efetivamente a demanda, em um período de 30 (trinta) dias, o mesmo deverá ser substituído pela CONTRATADA por um equipamento equivalente, novo, de primeiro uso, com características similares ou superiores ao equipamento retirado, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

3.6. Requisitos temporais, que definem datas de entrega da solução de TIC contratada

3.6.1. O prazo de vigência inicial do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, com fundamento no art. 57, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993.

3.6.1.1. O prazo de vigência acima compreende o somatório dos prazos de implantação da solução de TIC ora licitada; da movimentação dos equipamentos da ABIN do atual CPD para a sala segura; do recebimento provisório e do recebimento definitivo da solução; da entrega da solução completa, em pleno funcionamento; do comunicado do encerramento da execução da implantação completa e conclusão dessa parcela do objeto; do pagamento desse serviço e; da prestação dos serviços de suporte técnico da sala segura por 12 meses.

3.6.1.2. O prazo de entrega da solução completa, em operação, será de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados do início da execução do objeto;

3.6.1.3. A movimentação dos equipamentos (*moving*) deverá ser feita após a entrega da solução e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da autorização específica para esse fim, conferida pela Contratante.

3.6.2. Concluída a etapa de movimentação dos equipamentos, terá início a execução do suporte técnico da solução de TIC implantada, de forma contínua, por 12 meses. O marco para contagem desse prazo será o recebimento definitivo da solução completa e em pleno funcionamento.

3.6.3. Os treinamentos relativos à operação da solução deverão ser realizados em até 30 (trinta) dias após o Recebimento Definitivo da solução.

3.7. Requisitos de segurança institucional

3.7.1. A CONTRATADA deverá submeter-se aos procedimentos contidos nas normas de segurança corporativa da ABIN, em todos os eventos em que for

necessária a presença de seus prepostos e/ou funcionários nas dependências da CONTRATANTE.

3.8. Requisitos de segurança da informação

3.8.1. A CONTRATADA deve guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo entregar assinados o Termo de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência;

3.8.1.1. A CONTRATADA deverá assinar e entregar, na Reunião Inicial, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS) e providenciar a assinatura do Termo de Ciência por todos os seus colaboradores que estejam relacionados com a execução do objeto.

3.9. Requisitos sociais, ambientais e culturais, que definem requisitos que a solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente

3.9.1. O idioma a ser utilizado na documentação deve ser preferencialmente o português, podendo eventualmente ser utilizado o inglês;

3.9.2. O idioma a ser utilizado no processo de gerenciamento de chamados deve ser preferencialmente o português, podendo eventualmente ser utilizado o inglês, desde que a CONTRATANTE seja informada previamente de que o atendimento será realizado em inglês;

3.9.3. A logística reversa é de responsabilidade da CONTRATADA, devendo esta obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive para a coleta e correta destinação dos resíduos sólidos produzidos pelos equipamentos em operação normal ou derivados de ações de manutenção;

3.9.4. Os resíduos produzidos durante o período relativo à entrega do objeto, assim como aqueles relacionados aos processos de manutenção preventiva e/ou corretiva deverão ser recolhidos pela CONTRATADA para fins de destinação adequada conforme legislação ambiental;

3.9.5. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução do CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783 de 1998 e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

3.9.6. Ainda de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a contratada deverá observar as seguintes obrigações no fornecimento e descarte dos componentes da solução:

3.10. Requisitos de projeto e implementação, que estabelecem o processo de desenvolvimento de software, técnicas, métodos, forma de gestão, de documentação

3.10.1. Não se aplica, pois não serão criados ou desenvolvidos produtos ou soluções. A contratação envolve o fornecimento de uma solução completa e funcional, pronta para ser utilizada, dependendo apenas da instalação e configuração no ambiente da CONTRATANTE.

3.11. Requisitos de implantação, que definem o processo de disponibilização da solução em ambiente de produção

3.11.1. A CONTRATADA será responsável pela entrega, montagem, integração, ligação inicial e testes de todos os componentes da solução integrada de alta disponibilidade para data center.

3.11.2. Todos os componentes deverão ser entregues na Sede da ABIN, em Brasília/DF;

3.11.3. A implantação da Solução Integrada de Alta Disponibilidade para *data center*, incluindo os seus respectivos subsistemas, ocorrerá em etapas conforme descrito abaixo:

3.11.3.1. Fornecimento dos projetos executivos de Arquitetura/Civil, Elétrico, Ar Condicionado, Automação, Detecção e Combate a Incêndio e Cabeamento Lógico;

3.11.3.2. Abertura das valas para a passagem dos cabos elétricos e lógicos para interligação da subestação elétrica e links de operadoras até o ambiente de construção do data center;

3.11.3.3. Execução de ajustes no ambiente para receber os elementos da célula segura;

3.11.3.4. Fornecimento dos elementos formadores da Célula de proteção física dos equipamentos de TIC, formado por elementos de parede, piso, teto, porta de acesso e elementos estruturais;

3.11.3.5. Montagem da Célula de proteção física dos equipamentos de TIC, conforme descrito no projeto executivo;

3.11.3.6. Fornecimento e montagem dos demais equipamentos e subsistemas que compõe a Solução de TIC;

3.11.3.7. Movimentação dos equipamentos do atual *data center* para o novo local construído;

3.11.3.8. Comissionamento, Testes, Certificações e Treinamentos.

3.11.4. A etapa de movimentação dos equipamentos da CONTRATANTE do antigo *data center* para o novo compreende a movimentação dos equipamentos entre prédios distantes 300 (trezentos) metros dentro do complexo da Agência Brasileira de Inteligência, no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, Brasília – DF, em dia e horário previamente programado com a CONTRATANTE.

3.11.5. As atividades que gerarem qualquer tipo de impacto ou perturbação às atividades normais da ABIN deverão ser programadas previamente, em comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, podendo ser agendadas para o período noturno ou de madrugada, finais de semana ou feriados.

3.11.6. Todos os parâmetros a serem configurados deverão ser alinhados entre as partes em reuniões, devendo a CONTRATADA sugerir as configurações de acordo com normas técnicas e boas práticas, cabendo à CONTRATANTE a sua aceitação expressa ou recusa nos casos de não atendimento das condições estabelecidas.

3.12. Requisitos de experiência profissional da equipe que executará os serviços relacionados à solução de TIC, que definem a natureza da experiência profissional exigida e as respectivas formas de comprovação dessa experiência

3.12.1. Os profissionais escalados para intervir no ambiente da CONTRATANTE deverão ter participado de atividade semelhante, de instalação ou configuração envolvendo a solução adquirida;

3.12.2. A CONTRATADA deverá apresentar declaração, podendo ser fornecida pelo fabricante, de que o profissional já participou de atividade de instalação ou configuração da solução fornecida ou foi treinado para isso.

3.12.3. Todos os profissionais alocados na implantação da solução deverão ter os conhecimentos, credenciamentos, certificações e habilitações necessárias para a execução do objeto, incluindo, se for o caso, estar registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

3.13. Requisitos de formação da equipe que projetará, implementará e implantará a Solução de Tecnologia da Informação, que definem cursos acadêmicos e técnicos, formas de comprovação dessa formação

3.13.1. Toda e qualquer intervenção no ambiente da CONTRATANTE deve ser realizada por profissionais comprovadamente qualificados pelo fabricante da solução ou pela CONTRATADA;

3.13.2. Todos os profissionais alocados na implantação da solução deverão ter os conhecimentos, credenciamentos, certificações e habilitações necessárias para a execução do objeto, incluindo, se for o caso, estar registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA;

3.13.3. A comprovação deve ser feita através da apresentação de certificados de capacitação emitidos em nome do profissional.

3.14. Requisitos de garantia e manutenção, que definem a forma como será conduzida a manutenção e a comunicação entre as partes envolvidas

3.14.1. Para o suporte técnico especializado a CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento para abertura de chamado, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana. Os chamados poderão ser abertos através de ao menos dois dos seguintes canais:

3.14.1.1. Telefone;

3.14.1.2. E-mail;

3.14.1.3. Página web (chat) mantida pela CONTRATADA ou pelo fabricante do equipamento.

3.14.2. Todos os custos necessários ao transporte dos equipamentos, traslado e ainda a estadia de técnicos ou qualquer outro tipo de serviço necessário para a prestação do suporte técnico deverão ocorrer por conta da CONTRATADA.

3.14.3. Deve ser disponibilizado pela CONTRATADA sistema WEB online que permita a geração de relatórios de chamados;

3.14.3.1. Todo chamado a ser aberto deve conter, minimamente, a identificação do chamado, o usuário solicitante, a localidade, o horário de abertura pelo usuário, início e término do atendimento do chamado, identificação do equipamento/módulo, número de série do equipamento, a descrição do chamado e a solução aplicada;

3.14.3.2. Os relatórios deverão apresentar, pelo menos, a identificação do chamado, o status (aberto, fechado ou suspenso), a localidade de abertura, data/hora de abertura do chamado, tempo de atendimento, tempo de resolução, identificação dos equipamentos ou softwares que apresentaram defeito e procedimentos executados para correção do problema, bem como outras anotações pertinentes. As pesquisas deverão ser disponibilizadas através do

nome do equipamento, do número serial ou da identificação do chamado (ordem de serviço, por exemplo);

3.14.3.3. É de responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização de todos os recursos necessários para o atendimento deste item, bem como para o cumprimento dos níveis de serviço determinados neste instrumento;

3.14.3.4. A abertura de chamado técnico será feita por profissional da CONTRATANTE que acompanhará toda a execução do serviço até o encerramento do atendimento;

3.14.4. Poderão ser abertos chamados de consultas técnicas para sanar dúvidas, repassar conhecimentos ou obter melhores práticas;

3.14.5. A comunicação pela CONTRATADA de que o chamado foi concluído ensejará análise e ateste do profissional que acompanhou a execução do serviço;

3.14.6. Somente após o ateste do profissional da CONTRATANTE o chamado poderá ser considerado concluído.

3.14.7. O atendimento no período coberto pelo contrato de suporte e manutenção descrito acima inclui mão de obra, peças e, em caso de necessidade de manutenção fora das dependências da ABIN, transportes e seguros também se aplicam, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

3.15. **Requisitos de metodologia de trabalho**

3.15.1. O prazo de início da implantação da Solução Integrada de Alta Disponibilidade para *data center*, incluindo os seus respectivos subsistemas, será de até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do contrato.

3.15.2. O Gestor do contrato convocará a Reunião Inicial com todos os envolvidos na contratação. Nesta reunião o representante legal da CONTRATADA deverá apresentar o Preposto e entregar, devidamente assinados, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência;

3.15.3. Serão avaliados o cronograma de execução e as demais questões relacionadas com a implantação da Solução Integrada de Alta Disponibilidade para *data center*, incluindo os seus respectivos subsistemas;

3.15.4. A CONTRATANTE será a responsável pela gestão do contrato e pela verificação da aderência e conformidade dos produtos e serviços entregues aos padrões e requisitos especificados para a Solução Integrada de Alta Disponibilidade para *data center*, incluindo os seus respectivos subsistemas.

3.15.5. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento, instalação, montagem e configuração dos produtos e serviços que compõe a Solução Integrada de Alta Disponibilidade para *data center*, incluindo os seus respectivos subsistemas, objeto da contratação;

3.15.6. A CONTRATADA deverá apresentar todos os projetos de construção para o ambiente incluindo os projetos de modificações civis, elétricos, diagrama de blocos, layout do *data center*, esquemático da solução de cabeamento implantada e demais projetos relacionados com a implantação da solução integrada de alta disponibilidade para *data center*.

3.15.7. A CONTRATANTE será a responsável pela gestão do contrato e pela verificação da aderência aos padrões de qualidade exigidos dos produtos e serviços entregues, e a CONTRATADA será responsável pelo fornecimento dos equipamentos ou softwares e gestão dos recursos humanos e materiais necessários para a prestação da garantia.

3.16. **Requisitos de arquitetura tecnológica, composta de hardware, software, padrões de interoperabilidade, linguagens de programação, interfaces**

3.16.1. A solução integrada de alta disponibilidade para *data center* deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas constantes no edital. Todos os componentes da solução deverão ser compatíveis entre si e seu funcionamento testado antes da etapa de recebimento definitivo;

3.16.2. A solução a ser contratada pode ser composta por um ou mais produtos de diferentes fabricantes. Neste caso, a CONTRATADA deve garantir a integração, interoperabilidade e compatibilidade de todos os produtos e módulos entregues, bem como o pleno funcionamento da solução conforme definido no edital;

3.16.3. Todo o ambiente deverá ser fechado com paredes em Drywall corta fogo, com características de proteção contra fogo por 120 minutos (CF120), de acordo com a NBR:10636.

3.16.4. A célula segura deverá ter paredes, piso, teto e porta com características especiais para manter a capacidade de estabilidade, estanqueidade e isolamento térmico comprovada através de certificação, conforme as normas técnicas, NBR 10636:1989 e NBR 6479;

3.16.5. Todos os componentes dos rack e da solução para confinamento dos racks deverão ser do mesmo fabricante a fim de garantir a compatibilidade ente

os componentes e minimizar o vazamento de ar frio entre os racks;

3.16.6. Por questões de compatibilidade, performance e garantia do cabeamento, os componentes das soluções de cabeamento metálico e cabeamento óptico deverão ser, obrigatoriamente, do mesmo fabricante;

3.16.7. Na data da proposta, nenhum dos componentes ofertados na solução poderá estar listado no site do fabricante em listas de *end-of-life* e *end-of-sale*;

3.16.8. Os componentes da solução de controle de acesso deverão possuir leitoras biométricas e leitor de cartões magnéticos compatíveis com o padrão HID iClass com frequência 13,56 MHz. As controladoras deverão ser compatíveis com o sistema Vault Site 1.5.0 instalado na ABIN;

3.16.9. As câmeras utilizadas na solução de vídeo monitoramento deverão ser do tipo IP com funcionalidade PoE (Power over Ethernet). Deverão ser compatíveis com o software Genetec Security Center versão 5.8 instalado na ABIN;

3.16.10. Todos os equipamentos e licenças de software necessários para o correto funcionamento da solução deverão ser fornecidos pela CONTRATADA e deverão ser cedidos à CONTRATANTE por licenças do tipo perpétuas;

3.16.11. Os demais requisitos de especificação técnica do objeto estão nos Anexos II e III deste termo de referência.

4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

4.1. DA CONTRATANTE

4.1.1. Nomear o Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, conforme o disposto no art. 29 da IN SGD/ME Nº 1/2019, quando aplicável;

4.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se o disposto nos Arts. 18 e 32 da IN SGD/ME Nº 1/2019;

4.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

4.1.5. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

4.1.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

4.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços (ARP), quando aplicável;

4.1.8. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

4.1.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

4.1.10. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

4.1.11. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

4.1.11.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

4.1.11.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

4.1.11.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

4.1.12. Realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, exigindo, no caso de fornecimento de bens, a descrição em sua proposta da marca e modelo dos bens ofertados;

4.1.13. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo

do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração, justificando os casos em que isso não ocorrer;

4.1.14. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.1.15. Proporcionar as facilidades necessárias à boa execução do contrato, observadas as Normas de Segurança Corporativa vigentes;

4.1.16. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação;

4.1.17. Permitir o acesso dos representantes ou prepostos da CONTRATADA ao local de entrega e execução do serviço, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas;

4.1.18. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

4.1.19. Impedir que terceiros executem os procedimentos de suporte técnico dos softwares fornecidos;

4.1.20. Não revelar, copiar, duplicar, reproduzir, autorizar ou permitir a utilização por terceiros dos softwares licenciados para o seu uso;

4.1.21. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

4.1.22. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

4.1.23. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

4.1.24. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.1.25. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.2. DA CONTRATADA

4.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

4.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

4.2.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

4.2.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

4.2.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das

categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

4.2.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.2.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.2.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.2.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

4.2.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

4.2.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.2.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

4.2.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.2.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratação houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

4.2.18. A CONTRATADA e seus prepostos, que participarem da execução desta relação contratual, se obrigam a guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, no grau em que tenham sido previamente qualificados pela parte que os forneceu, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo assinar um Termo de Manutenção de Sigilo e providenciar que os seus funcionários assinem o Termo de Ciência;

4.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

4.2.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

4.2.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

4.2.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

4.2.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

4.2.23. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;

4.2.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

4.2.25. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.2.25.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

4.2.25.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

I - resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;

II - resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III - resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

IV - resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.2.25.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.2.25.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004."

4.3. **Do órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços**

Não se aplica, pois não haverá registro de preços.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

5.1. **Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços e locais de entrega**

5.1.1. O Prazo para início da execução do objeto será de até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato;

5.1.2. A entrega dos componentes da solução e assim como todas as atividades a serem executadas pela CONTRATADA, associadas à montagem da solução integrada de alta disponibilidade para data center, deverão ocorrer na Sede da ABIN, no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1 - Asa Sul, CEP:70610-905, no período das 08 às 12 horas e das 14 às 17 horas, em dias úteis;

5.1.3. Eventualmente, tarefas excepcionais poderão ser executadas fora do horário especificado, desde que previamente acordado com a CONTRATANTE;

5.1.4. Caso os bens sejam importados, deve-se comprovar, no momento da entrega do objeto, a origem dos bens oferecidos e a quitação dos tributos de importação.

5.1.5. O prazo de execução dos serviços de implantação da solução de TIC será de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

5.1.6. O prazo para realização da movimentação dos equipamentos da ABIN (*moving*) é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da autorização específica para esse fim, conferida pela Contratante.

5.1.7. O prazo da vigência do suporte técnico será de 12 (doze) meses contados a partir do Recebimento Definitivo da solução completa e em pleno

funcionamento e após a realização do *moving*.

5.2. Documentação mínima exigida

5.2.1. Como Critério de Habilitação

5.2.2. Termo de vistoria ou declaração da licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto, conforme Acórdão nº 983/2008-TCU-Plenário.

5.2.3. Como requisito para o aceite definitivo da solução

5.2.3.1. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência (*datasheets*), contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração;

5.2.3.2. Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA todos os projetos executivos necessários para a construção da solução integrada de alta disponibilidade para data center;

5.2.3.3. A CONTRATADA deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de todas as atividades associadas à entrega da solução de data center modular que a exigirem;

5.2.3.4. Comprovação de inscrição no CREA dos engenheiros civis, eletricitas e mecânicos da CONTRATADA envolvidos na elaboração e execução dos projetos;

5.2.3.5. Documento emitido pelo fabricante do sistema de cabeamento estruturado ofertado, tanto para par metálico como para fibra ótica, dirigido a CONTRATANTE, declarando que a LICITANTE está apta a instalar e prestar a assistência técnica nos produtos ofertados;

5.2.3.6. Documento emitido pelo fabricante das paredes da célula segura comprovando a certificação NBR 10.636 modelo 5, assegurando proteção mínima contra a ação do fogo em 120 minutos (CF 120);

5.2.3.7. Documento emitido pelo fabricante do sistema de Ar Condicionado ofertado, declarando que a proponente está apta a fornecer, instalar e prestar a assistência técnica, devidamente assinado.;

5.2.3.8. Documento emitido pelo fabricante do sistema de UPS (*Nobreak*) ofertado, declarando que a proponente está apta a fornecer, instalar e prestar a assistência técnica, devidamente assinado;

5.2.3.9. Documentos de certificação do cabeamento óptico e metálico empregado na ABIN;

5.2.3.10. Projeto de Diagrama de blocos;

5.2.3.11. Projeto de interconexão óptica e metálica entre os racks, sala de telecomunicações, sala de quarentena e link de operadoras;

5.2.3.12. A arquitetura da solução, detalhando todos os componentes de hardware e software, além da descrição do papel de cada um deles individualmente no contexto da solução como um todo;

5.2.3.13. O Plano de Testes, para orientar os testes a serem realizados em todos os subsistemas entregues;

5.2.3.14. É pré-requisito para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a elaboração de um relatório detalhado contendo todos os itens configurados no projeto (relatório *as-built*), etapas de execução e toda informação pertinente para posterior consulta e manutenção da solução, tais como usuários e endereços de acesso, ajustes realizados e o resumo das configurações dos equipamentos.

I - O relatório deve contemplar o desenho lógico da implantação, comentários e configurações executadas. Deverá conter também todas as configurações executadas em equipamentos de terceiros, quando for o caso;

5.3. Papeis e responsabilidades da contratante e contratada na execução contratual

5.3.1. Preposto - É o representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução contratual e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

5.3.2. Fiscal técnico do contrato - É o servidor representante da área de tecnologia da informação da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos técnicos da contratação e pelas seguintes atribuições:

5.3.2.1. Confecção e assinatura do termo de recebimento provisório quando da entrega do objeto resultante de cada ordem de serviço ou de fornecimento de bens;

5.3.2.2. Avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e de justificativas existentes, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos;

5.3.2.3. Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejaram a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação técnica;

5.3.2.4. Identificação das ocorrências de não conformidade com os requisitos estabelecidos.

5.3.3. Fiscal administrativo do contrato - É o servidor representante da Área Administrativa da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos administrativos da contratação e pelas seguintes atribuições:

5.3.3.1. Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejaram a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação;

5.3.3.2. Verificação de aderência aos termos contratuais;

5.3.3.3. Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento.

5.3.4. Fiscal requisitante do contrato - É o servidor representante da área requisitante da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do ponto de vista funcional da solução de tecnologia da informação e pelas seguintes atribuições:

5.3.4.1. Confecção e assinatura do termo de recebimento definitivo, juntamente com o gestor do contrato, para fins de encaminhamento para pagamento com base nas informações produzidas;

5.3.4.2. Verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação.

5.3.5. Gestor do contrato - É o servidor da CONTRATANTE com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, sendo responsável por:

5.3.5.1. Encaminhamento das demandas de correção à contratada;

5.3.5.2. Encaminhamento de indicação de sanções para Área Administrativa da contratante;

5.3.5.3. Autorização para emissão de nota(s) fiscal(is), a ser(em) encaminhada(s) ao preposto da contratada;

5.3.5.4. Encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual;

Manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica;

5.3.5.5. Aprovação e priorização junto à CONTRATADA das demandas de serviços a serem atendidas.

5.4. **Quantificação ou estimativa prévia do volume de serviços demandados ou quantidade de bens a serem fornecidos**

5.4.1. A tabela abaixo mostra o quantitativo dos itens que irão compor a solução de sala segura.

ITEM	COMPONENTE	DISCRIMINAÇÃO	QTDE	UNID.
1	1	Grupo Moto Gerador	2	un
	2	Sistema de energia ininterrupto - UPS	2	un
	3	Instalações elétricas	1	un
	4	Data center modular	48	m ²
	5	Sistema de climatização	4	un
	6	Racks	17	un
	7	Sistema de detecção e combate a incêndio	1	un
	8	Sistema de segurança	1	un
	9	Sistema de monitoramento ambiental	1	un
	10	Sistema de cabeamento conforme projeto	1	un
	11	Movimentação dos equipamentos	1	un
	12	Suporte técnico	12	meses

5.4.2. A tabela de referência com os preços unitários máximos está anexa a este Termo de Referência. O valor dos itens individuais poderá ter preço superior ao máximo aceitável, porém o valor do grupo deve estar abaixo do valor máximo aceitável.

5.4.3. O projeto prevê a construção de uma única solução integrada de alta disponibilidade para data center com seus subsistemas. Todo o ambiente foi projetado e construído para atender a demanda atual e futura da ABIN em relação a acomodação e manutenção dos equipamentos e serviços de TIC.

5.4.4. O projeto foi desenhado tendo duas entradas de energia distintas.

Essa premissa vem da necessidade de se poder parar um circuito elétrico para manutenção sem ter que, necessariamente, desligar todo o data center;

5.4.5. Para se ter duas entradas distintas é necessário que esses circuitos sejam independentes e autônomos. Dessa forma, o projeto prevê a aquisição de 2 (dois) grupos moto gerador e duas fontes de energia ininterruptas (*nobreak*);

5.4.6. A sala de UPS (Uninterruptible Power Supplies) é uma sala que contém os *nobreaks*, banco de baterias e quadros elétricos. Deve ser segmentada, protegida e ter seu acesso controlado para que ninguém desligue proposital ou acidentalmente a energia do data center;

5.4.7. A sala de telecom é um requisito da norma TIA/EIA-569-A que prevê que os links de operadoras devem ser instalados em um ambiente diferente da célula segura. Nesta sala deverão ser instalados 2 (dois) racks para acomodar os equipamentos das operadoras;

5.4.8. A sala de quarentena é uma necessidade da ABIN para preparação e testes de equipamentos que serão instalados no data center ou enviados a outras unidades da ABIN no país. Nesta sala será instalado 1 (um) rack para acomodar esses equipamentos em testes ou em preparação;

5.4.9. A célula segura deve ser projetada para receber todos os equipamentos hospedados no atual data center, além de prever uma futura expansão nos equipamentos:

5.4.9.1. 2 (dois) racks, em ambiente segregado, para atender as necessidade de segurança da Autoridade Certificadora da ABIN;

5.4.9.2. 9 (nove) racks para acomodar todos os equipamentos instalados no atual data center da ABIN;

5.4.9.3. 3 (três) racks para atender as necessidades de acomodação de equipamentos de terceiros ou de outros departamentos;

5.4.9.4. 2 (dois) racks para atender uma futura expansão da capacidade de processamento e armazenamento da ABIN.

5.4.10. O sistema de ar condicionado foi dimensionado para comportar a carga térmica produzida pelos racks de TI carregados;

5.4.11. Todos os itens de cabeamento, conectores e acessórios para conexão entre os equipamentos instalados dentro do data center foram mensurados para prever a fácil conectividade e versatilidade do meio físico de interconexão dos equipamentos;

5.4.12. De modo a garantir a segurança física do ambiente, a solução prevê a instalação de sistema de segurança patrimonial e de monitoramento ambiental a fim de impedir acessos não autorizados ou ainda acidentes que causem danos ao ambiente.

5.5. Mecanismos formais de comunicação

5.5.1. Qualquer notificação, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra será feita por escrito e considerar-se-á efetuada no momento em que o documento for entregue ao destinatário nos endereços indicados no instrumento convocatório e nas propostas comerciais dos licitantes, ou outro endereço indicado por escrito pela contratada;

5.5.2. Serão considerados mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a contratada e a ABIN todos aqueles definidos pela legislação em vigor, tais como e-mail, ofício, carta, fax ou meio informatizado que armazene o histórico da tramitação das solicitações e respostas;

5.5.3. A CONTRATADA deverá prestar, ainda, serviço de atendimento telefônico via ligação local, e/ou serviço web para registro e abertura de ocorrências, das quais deverá constar um número de registro. Os números de telefones e endereços eletrônicos informados passam a constituir mecanismos formais de comunicação.

5.6. Forma de pagamento

5.6.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura;

5.6.1.1. Durante a fase de implantação da solução integrada de alta disponibilidade para data center, o pagamento obedecerá ao disposto no cronograma físico-financeiro especificado no item 9 deste Termo de Referência;

5.6.1.2. Para o serviço de garantia técnica da solução, o pagamento será efetuado mensalmente;

5.6.1.3. O pagamento da primeira parcela mensal da garantia técnica estará condicionado à emissão do Termo de Recebimento Definitivo da implantação da solução;

5.6.1.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº

8.666, de 1993;

5.6.2. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme detalhado no item 6.4 deste Termo de Referência;

5.6.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.6.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.6.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.6.4.1. o prazo de validade;

5.6.4.2. a data da emissão;

5.6.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

5.6.4.4. o período de prestação dos serviços;

5.6.4.5. o valor a pagar; e

5.6.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.6.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.6.6.1. não produziu os resultados acordados;

5.6.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.6.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.6.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.6.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.6.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.6.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.6.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.6.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.6.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando

couber.

5.6.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.6.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5.6.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.7. Da exigência de garantia de execução contratual

5.7.1. A exigência de prestação de garantia objetiva assegurar que o contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tomando possível à Administração a reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento;

5.7.2. O elevado valor da contratação é um dos motivos que levam à exigência da Garantia Contratual neste processo. É prudente que o valor da garantia esteja à disposição caso a empresa não cumpra as obrigações estabelecidas no contrato. Ou seja, a garantia contratual pode ser utilizada para quitar possíveis prejuízos causados pela CONTRATADA à ABIN durante a vigência do contrato;

5.7.3. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

5.7.4. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

5.7.4.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

5.7.4.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

5.7.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017;

5.7.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

5.7.6.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

5.7.6.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

5.7.6.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

5.7.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

5.7.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

5.7.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema

centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

5.7.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

5.7.11. A fiança bancária deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão 2784/2019 – TCU – Plenário, Acórdão nº 2467/2017 – TCU – Plenário).

5.7.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

5.7.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

5.7.14. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

5.7.15. Será considerada extinta a garantia:

5.7.16. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

5.7.17. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

5.7.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

5.7.19. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

5.8. Forma de transferência de conhecimentos

5.8.1. A transferência de conhecimentos será realizada através de treinamento para utilizar as funcionalidades da solução, em que a CONTRATADA deverá instruir a equipe da CONTRATANTE a operar todos os componentes da solução, de forma a prover o conhecimento dos recursos técnicos e operacionais necessários à utilização.

5.8.2. O treinamento deverá ocorrer após a implantação da solução e deverá abarcar todos os componentes da solução, incluindo a apresentação de cada componente instalado e a sua função no funcionamento geral da solução.;

5.8.3. O processo de transferência de conhecimento deve contemplar o hardware e software fornecidos pela CONTRATADA, de modo que os técnicos da CONTRATANTE sejam capazes de identificar e realizar uma operação básica de todos os componentes da solução;

5.9. Atividades de transição contratual e de encerramento do contrato

5.9.1. Ao longo dos últimos 03 (três) meses da contratação, a CONTRATANTE irá conduzir os procedimentos de transição contratual juntamente com a CONTRATADA;

5.9.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar as plantas de construção da solução, o relatório *as built*, além do histórico de manutenções e peças trocadas durante todo o período de prestação do serviço;

5.9.2.1. As informações disponibilizadas pela CONTRATADA devem permitir identificar todos os componentes da solução, bem como seu local de instalação. Também deverá conter as informações de manutenção de cada um dos componentes informando a data da última manutenção, o tipo de reparo ou substituição realizado e ainda a data prevista para a próxima manutenção do componente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Critérios de aceitação

6.1.1. Para o recebimento dos bens:

6.1.1.1. A reestruturação do *Data center*, contemplando a entrega do material, adequações necessárias no ambiente, e a instalação dos sistemas deverão ser concluídos pela empresa contratada dentro do prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da assinatura do contrato.

6.1.1.2. A movimentação dos equipamentos (*moving*) deverá ser feita após a entrega da solução e deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da autorização para movimentação dos equipamentos;

6.1.1.3. Todo o material e equipamentos para a reestruturação do *Data center* deverão ser entregues na sede da ABIN em Brasília - DF.

6.1.1.4. Todos os componentes da solução deverão ser compatíveis entre si e com suas funcionalidades, sem a utilização de adaptadores, fresagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas, ou quaisquer outros procedimentos alternativos, ou utilizar materiais inadequados ou que forcem adaptações que sejam físicas ou logicamente incompatíveis;

6.1.1.5. A CONTRATADA deverá garantir que todos os componentes da solução sejam novos e de primeiro uso e que estejam em linha de produção durante a vigência do contrato.

I - Será permitida a oferta de equipamentos comprovadamente superiores, pelo mesmo preço, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto;

6.1.1.6. Os equipamentos devem ser fornecidos em pleno funcionamento, prontos para a utilização, com todos os acessórios e componentes (cabos, etc.).

6.1.1.7. Os componentes da solução deverão estar de acordo com as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência. Após verificações técnicas de qualidade e compatibilidade por parte da ABIN, a CONTRATADA poderá entregar equipamentos comprovadamente superiores às especificações requeridas no Termo de Referência;

6.1.1.8. Todos os componentes e materiais usados na construção do data center deverão ser entregues antes do início do serviço para validação da qualidade técnica do produto e atendimento às especificações deste edital. Esse componentes e materiais deverão ser entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais, lacrados, devendo apresentar identificações de marca, modelo e outras características contidas na proposta da CONTRATADA;

6.1.1.9. Todos os materiais e equipamentos fornecidos, bem como seus componentes, acessórios ou periféricos, devem ser rigorosamente iguais entre si (quando fornecidos em mais de uma unidade), tanto em estrutura física, formato, capacidade, características construtivas, características técnicas, drivers, marca e modelo;

6.1.1.10. Durante toda a etapa de construção do data center e vigência do contrato de suporte e manutenção a CONTRATADA será responsável por quaisquer danos físico, lógico ou elétrico que cause nos equipamentos fornecidos ou nos preexistentes no ambiente da ABIN, devendo reparar os danos às suas expensas sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.1.1.11. Todos os componentes de softwares fornecidos na construção da solução integrada de alta disponibilidade para data center deverão ser de uso perpétuo e estarem em nome da ABIN. Não serão admitidas versões do tipo "shareware" ou "trial";

6.1.1.12. Todos os softwares fornecidos deverão estar em linha de produção a época da implantação da solução e entregues nas versões mais recentes disponíveis. Os softwares devem usar o idioma Português ou Inglês;

6.1.1.13. Todas as dúvidas em relação a este Termo de Referência deverão ser encaminhadas a ABIN através do email licitar@abin.gov.br. Não serão respondidas dúvidas através de telefone ou fax. Nos casos onde a dúvida encaminhada não for possível ser respondida através de e-mail, por se tratar de situação que necessita de verificação no local, a ABIN informará a licitante sugerindo uma visita pessoal a fim de sanar a dúvida proposta.

6.1.1.14. A solução ofertada deverá atender a todos os quesitos elencados no item 3.16 do TR – "Requisitos de Arquitetura Tecnológica".

6.1.2. As infrações na entrega da solução de data center serão classificadas de acordo com a tabela abaixo, sendo a severidade referenciada de acordo com o item 6.8.2.2:

Infração na entrega da solução de data center		
Item	Descrição	Severidade
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	4
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2

5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	3
6	Atraso injustificado na entrega dos bens	1
7	Atraso injustificado no início da execução do objeto	3
8	Descumprimento de prazo estabelecido no cronograma físico	3
9	Atraso na substituição de produtos rejeitados no recebimento provisório	2
10	Deixar de entregar os bens, caracterizada inexecução total do contrato	4
Para os itens a seguir, deixar de:		
11	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia	1
12	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
13	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
14	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
15	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
16	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA;	1
17	Cumprir os requisitos de segurança orgânica estabelecidos pela ABIN;	2

6.1.3. Para o Suporte Técnico - Acordo de Níveis de Serviço

6.1.3.1. Os níveis de serviço e respectivas penalidades são referentes aos serviços de suporte técnico contrato;

6.1.3.2. O serviço de suporte técnico deverá ser executado seguindo o mesmo padrão de qualidade da implantação da solução a fim de garantir o perfeito estado de funcionamento, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, de forma a garantir a segurança do ambiente, dos bens e informações nele depositados;

6.1.3.3. A contratante encaminhará à Contratada, por meio de Ofício, a avaliação do Acordo de Níveis de Serviço, para conhecimento da penalidade, quando ocorrer, como também para a adoção das providências julgadas necessárias para saneamento de possíveis situações identificadas na respectiva avaliação.

6.1.3.4. A CONTRATADA deverá manter um nível de disponibilidade da solução objeto deste Termo de Referência, não inferior a 99,98% ao mês;

6.1.3.5. O cálculo do nível de disponibilidade exigido no item anterior será realizado da seguinte forma: $\text{Índice de Disponibilidade} = 100 - ((\text{Minutos de indisponibilidades} / (\text{número dias mês} \times 60 \times 25)) \times 100)$;

6.1.3.6. Para o suporte técnico, os chamados abertos serão classificados de acordo com sua severidade e deverão ser atendidos conforme a tabela a seguir na Sede da ABIN:

SEVERIDADE	DESCRIÇÃO	TEMPO DE ATENDIMENTO AO CHAMADO	TEMPO DE SOLUÇÃO DO CHAMADO
1	Baixa – eventos ou solicitações que não possuem necessidade de atendimento imediato e que não causam ruptura no funcionamento da solução. Ex.: Solicitação de informações a respeito do ambiente, solicitação de limpeza do ambiente	- Até 24 (vinte e quatro) horas corridas após a abertura do chamado	- Solução de contorno ou definitiva em até 10 (dez) dias corridos após a abertura do chamado

	seguro, deixar de cumprir com as obrigações da manutenção preventiva.		
2	Média - Falhas simples que não degradam o desempenho do ambiente. Ex.: Falha em um dos componentes redundantes dos subsistemas que compõe a solução	- Até 6 (seis) horas corridas após a abertura do chamado	- Solução de contorno ou definitiva em até 48 (quarenta e oito) horas corridas após a abertura do chamado.
3	Alta - situação em que o ambiente está operando de forma degradada, diferente das condições projetadas, entregues e ideais. Ex.: Falha completa de um dos subsistemas que compõe a solução ou que causem parada em algum dos equipamentos de TIC da ABIN.	- Até 2 (duas) horas corridas após a abertura do chamado	- Solução de contorno ou definitiva: até 12 (doze) horas corridas após a abertura do chamado
4	Crítica - um problema ou mau funcionamento de um dos subsistemas da solução que torna inoperante os serviços de TIC da ABIN. Ex.: Para total dos ativos de TIC da ABIN ou falha generalizada no sistema de energia elétrica ou climatização do ambiente.	- Até 2h (duas) horas corridas após a abertura do chamado	- Solução de contorno ou definitiva: até 6 (seis) horas corridas após a abertura do chamado

Prazos de atendimento dos chamados de acordo com a severidade

6.1.3.7. A lista de exemplos é meramente exemplificativa e todos os chamados serão classificados;

6.1.3.8. O "Tempo de atendimento ao chamado" é o período compreendido entre o horário de comunicação do chamado feito pela ABIN e o horário de chegada do técnico na Sede, em Brasília, ou o contato com o responsável pela abertura do chamado, no caso de incidentes com severidade 1.

6.1.3.9. O "Tempo de solução do chamado" é o período compreendido entre o horário de comunicação do chamado feito pela ABIN e o horário de solução do problema relatado, deixando a solução em condições normais de operação;

6.1.3.10. Entende-se por "solução do problema" a identificação e adoção de medidas corretivas implementadas para sanar o problema que originou a abertura do chamado;

6.1.3.11. Caso o chamado seja resolvido com uma solução de contorno, a CONTRATADA deverá apresentar a solução definitiva em até 30 (trinta) dias a contar da correção do problema;

6.1.3.12. A solução do problema deve ser seguida pelo "Fechamento do Chamado", com a descrição da solução adotada, data e hora da solução do problema, bem como a identificação dos componentes substituídos, quando for o caso;

6.1.3.13. Os chamados técnicos de severidade 3 e 4 deverão ser prestados na modalidade on-site na Sede da ABIN em Brasília/DF. Os chamados de severidade 1 e 2 poderão ser prestados na modalidade on-site ou remotamente, dependendo do caso;

6.1.3.14. A abertura de chamado técnico será feita por profissional da CONTRATANTE que acompanhará toda a execução do atendimento até o seu encerramento;

6.1.3.15. A CONTRATADA deverá notificar oficialmente a conclusão do atendimento no momento do fechamento de cada chamado;

6.1.3.16. As áreas técnica e requisitante da CONTRATANTE farão a verificação da adequação dos serviços prestados aos requisitos gerais e específicos estabelecidos, bem como aos critérios de aceitação;

6.1.3.17. Em caso de encerramento indevido de um chamado, sem que o problema seja adequadamente resolvido, ou seja, em que forem verificados vícios, incorreções ou erros grosseiros, a CONTRATADA será notificada e os prazos do chamado continuarão sendo contados até que o problema seja de fato resolvido;

6.1.3.18. A comunicação pela CONTRATADA de que o chamado foi concluído ensejará análise e ateste do profissional que acompanhou a execução do atendimento;

6.1.3.19. Somente após o ateste do profissional da CONTRATANTE o chamado poderá ser considerado concluído;

6.1.3.20. Os chamados não concluídos dentro dos prazos especificados serão contabilizados para fins de aplicação das penalidades;

6.1.3.21. Não está prevista a alocação de técnico residente, devendo a CONTRATADA ater-se ao cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e providenciar a alocação do técnico sob demanda, sempre que o chamado ensejar a sua presença nas dependências da CONTRATANTE;

6.2. Procedimentos de teste e inspeção

6.2.1. Ao final da montagem e conclusão da solução integrada de alta disponibilidade para data center todos os seus componentes deverão ser testados e, quando for o caso, certificados. Deverão ser efetuados testes de funcionamento nos geradores, *nobreaks*, célula segura, cabeamento óptico e metálico, sistema de detecção e combate a incêndio e quaisquer outros subsistemas que integram a solução;

6.2.2. A CONTRATA deverá elaborar um plano de testes, considerando todos os subsistemas entregues;

6.2.3. Todo o sistema elétrico instalado deverá ser testado e verificado seu correto funcionamento, incluindo geradores, sistemas UPS, quadros total e parciais;

6.2.4. O sistema de ar condicionado deverá estar instalado e funcionando com todas as máquinas. Deverão ser feitos testes de comutação automática das máquinas tanto para revesamento dessas, quanto a simulação de falha de uma das máquinas;

6.2.5. Deverão ser testados todos os sistemas de alarmes e alertas de cada um dos componentes individuais da solução integrada para data center;

6.2.6. Deverão ser feitos testes dos quadros de chaveamento de energia. Os testes devem verificar se a falta de energia em um circuito é identificada e ocorre o chaveamento automático para o circuito secundário;

6.2.7. Toda a infraestrutura de cabeamento óptico e metálico deverá ser certificada e os relatórios de certificação anexados ao databook da ABIN.

6.2.8. A célula segura deverá passar por teste de compressão e descompressão a fim de se verificar a estanqueidade da solução construída.

6.3. Metodologia, formas de avaliação da qualidade e da adequação da solução de TIC

6.3.1. Após a assinatura do Contrato, o Gestor do contrato deve convocar a Reunião Inicial com todos os envolvidos na contratação. Na Reunião Inicial:

6.3.1.1. O representante legal da contratada deverá apresentar o Preposto;

6.3.1.2. A CONTRATADA deverá entregar, devidamente assinados, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência;

6.3.2. Para esta contratação não está prevista a emissão de Ordens de Fornecimento de Bens ou Ordens de Serviço, uma que a solução deve ser entregue, instalada e configurada de uma única vez, não sendo previstas entregas parceladas;

6.3.3. A metodologia de avaliação da qualidade será realizada pela CONTRATANTE, de acordo com a avaliação das seguintes condições que devem ser cumpridas pela CONTRATADA:

6.3.3.1. Cumprimento dos prazos e condições de entrega;

6.3.3.2. Cumprimento dos prazos de atendimento e resolução dos problemas;

6.3.3.3. Entrega da documentação exigida.

6.3.3.4. Atendimento dos critérios de aceitação, tanto na entrega dos bens como na prestação dos serviços.

6.3.3.5. Execução dos procedimentos adequados para que haja o recebimento definitivo do objeto da contratação.

6.3.3.6. Cumprimento das demais condições que regem esta contratação.

6.3.4. Todos os itens entregues pela CONTRATADA passarão por inspeção e avaliação quando recebidos pela CONTRATANTE;

6.3.5. A CONTRATADA deverá providenciar os meios para que o Gestor do contrato tenha acesso ao sistema WEB de registro e acompanhamento dos chamados;

6.3.5.1. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;

6.3.5.2. O sistema WEB deverá listar os chamados concluídos e em andamento, com os tempos de abertura e conclusão e o respectivo status e permitir a geração de relatórios e estatísticas acerca dos chamados registrados;

6.4. **Recebimento do objeto**

6.4.1. Todas as despesas para a correta execução do objeto, tais como fretes, seguros, impostos, deslocamentos, transportes, cargas e descargas e outros, desde a origem até sua entrega no local serão de responsabilidade da CONTRATADA;

6.4.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

6.4.3. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

6.4.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

6.4.4.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.4.4.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

6.4.4.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.4.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.4.5. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

6.4.5.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.4.5.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.4.5.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

6.4.6. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

6.4.6.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.4.6.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.4.6.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

6.4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;

6.4.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na

proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

6.4.9. O Recebimento DEFINITIVO da solução completa e em perfeito funcionamento estará condicionado ao cumprimento de todas as etapas previstas no cronograma físico-financeiro e marca o início da prestação do suporte técnico da sala segura;

6.4.10. Caso seja verificada alguma inconformidade na aceitação inicial do objeto, a CONTRATANTE informará à CONTRATADA os motivos da não aceitação, devolvendo o(s) bem(ns) para correção. A CONTRATADA será notificada com o respectivo, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto, ficando sujeita às penalidades previstas no edital ou no contrato;

6.4.11. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades identificadas na entrega dos bens ou substituir as parcelas do objeto em desacordo com o edital no prazo de, contados da ciência da rejeição, arcando com todos os custos para recolhimento e entrega de novos bens, sem prejuízo das sanções contratuais;

6.4.12. Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de eles não serem executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à CONTRATADA, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

6.5. Inspeções e diligências

6.5.1. A CONTRATANTE poderá, em qualquer fase do processo licitatório e da vigência do contrato, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar as instruções do processo, obrigando as licitantes e as contratadas a prestar todos os esclarecimentos necessários;

6.5.2. As diligências poderão ser realizadas mediante a solicitação de declarações ou qualquer documentação oficial do fabricante ou da CONTRATADA que esclareça um fato, comprove uma especificação ou resolva uma situação que enseje detalhamento. Também pode ser realizada mediante visita técnica da CONTRATANTE às instalações da CONTRATADA.

6.6. Disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de gestão e fiscalização do contrato

6.6.1. Conforme previsto no §2º do Art. 29 da IN SGD/ME Nº 1/2019, a equipe de planejamento da contratação poderá ser indicada para a fiscalização do contrato;

6.6.2. Nos termos do art. 67 da Lei 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

6.6.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.6.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.6.5. A verificação da adequação da execução do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.6.6. A fiscalização do contrato durante a etapa de implantação da solução integrada de alta disponibilidade para data center deverá observar:

6.6.6.1. As áreas técnica e requisitante da CONTRATANTE farão a verificação da adequação da execução do objeto aos requisitos gerais e específicos estabelecidos, bem como aos critérios de aceitação;

6.6.6.2. Caso alguma das etapas de implantação da solução integrada de alta disponibilidade para data center não esteja de acordo com os critérios definidos no Termo de Referência a CONTRATADA será notificada e deverá sanar os problemas antes da entrega da solução;

6.6.6.3. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na entrega do objeto deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

6.6.6.4. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.6.6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.6.7. Para o serviço de suporte e manutenção da solução a fiscalização do contrato deverá observar:

6.6.7.1. Caso ocorra o encerramento indevido de um chamado, sem que o problema seja adequadamente resolvido, ou seja, em que forem verificados vícios, incorreções ou erros grosseiros, a CONTRATADA será notificada e os prazos do chamado continuarão sendo contados até que o problema seja de fato resolvido.

6.6.7.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

6.6.7.3. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

6.6.7.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

6.6.7.5. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade das atividades realizadas;

6.6.7.6. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade das atividades realizadas;

6.6.7.7. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

6.6.7.8. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da execução do objeto em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

6.6.7.9. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da execução do objeto;

6.7. Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

6.7.1. A CONTRATADA estará sujeita à retenção do pagamento ou glosa no pagamento efetuado correspondente à parcela inadimplida quando:

6.7.1.1. Não atender aos prazos estipulados para entrega da solução integrada de alta disponibilidade para data center;

6.7.1.2. Deixar de substituir itens rejeitados na aceitação nos prazos estabelecidos.

6.7.1.3. Não atender aos itens descritos nos Critérios de Aceitação, não produzir os resultados, deixar de executar as atividades contratadas;

6.7.1.4. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

6.7.1.5. Não cumprir com o prazos para atendimento dos chamados de suporte técnico;

6.7.1.6. Não efetuar os reparos necessários para recolocar a solução em pleno estado de funcionamento.

6.7.1.7. A efetivação de glosas no pagamento mensal não atenua ou exime a empresa contratada das sanções administrativas abaixo previstas

6.8. Das sanções administrativas

6.8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

6.8.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

6.8.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.8.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

6.8.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

6.8.1.5. Cometer fraude fiscal;

6.8.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas ou descumprir parcial ou totalmente os compromissos assumidos, após regular apuração, mediante processo administrativo, garantido amplo direito de defesa, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

6.8.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

6.8.2.2. **Multa, nas seguintes hipóteses e percentuais:**

I - Para as infrações cometidas na entrega da solução de data center conforme item 6.1.2:

Severidade	Correspondência
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato

II - Caso a CONTRATADA deixe de entregar o objeto, caracterizada inexecução total do contrato, será aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

6.8.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

6.8.4. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a ABIN**, pelo prazo de até dois anos;

6.8.5. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF** pelo prazo de até cinco anos

6.8.5.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 17.1 deste Termo de Referência .

6.8.6. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

6.8.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

6.8.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

6.8.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

6.8.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

6.8.8. As sanções de advertência, suspensão de licitar e impedimento de contratar com a ABIN, de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a penalidade de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

6.8.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

6.8.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

6.8.10.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

6.8.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

6.8.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da

proporcionalidade;

6.8.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

6.8.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

6.8.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

6.8.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.9. Alteração Subjetiva

6.9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A implantação de uma solução integrada de alta disponibilidade para data center é um processo comum no mercado e diversos órgãos e empresas particulares possuem soluções semelhantes. No entanto, a construção de cada um desses ambientes é diferente, pois leva em consideração necessidades específicas de cada órgão como questões de layout, dimensionamento dos sistemas elétrico e de ar condicionado, quantidade de cabos ópticos e metálicos instalados dentro do data center, além de intervenções civis necessárias para se construir a solução.

7.2. No caso específico da ABIN, a construção envolve além dos componentes da solução integrada, a escavação de valas para a passagens de cabos de energia e fibra óptica, além do lançamento desses cabos nos leitos criados a fim de interconectar a solução com a rede elétrica e lógica preexistente.

7.3. Como já destacado neste Termo de Referência, **o objeto da licitação**, apesar de envolver a execução de atividades de engenharia, **não configura a contratação específica de serviços de engenharia, mas, sim, a contratação de uma solução de TIC que interliga diversas áreas de expertise, inclusive a da engenharia.**

7.4. Por essa razão, e **considerando as práticas de mercado desse setor específico da contratação, verifica-se que o orçamento estimativo da licitação não foi elaborado com base no disposto no Decreto n.º 7.983/2013**, por não se cuidar, repita-se, de licitação voltada à contratação de serviço de engenharia como um fim em si mesmo.

7.5. Nesse contexto, tem-se que a pesquisa realizada por meio da consulta ao Painel de Preços, conforme previsto no inciso I do artigo 5º da Instrução Normativa Seges/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020, apesar de ter retornado resultados positivos para instalação de data center, não foi utilizada para o cálculo da estimativa de preços para esta contratação, uma vez que não é adequado comparar todas as atividades envolvidas no processo de entrega de uma solução integrada de alta disponibilidade para data center em decorrência das características de cada uma delas;

7.6. Devido a especificidade de cada projeto de solução integrada para data center, a pesquisa de preços foi realizada conforme previsto no inciso IV do Art. 2º da IN SLTI/MP 05/2014, ou seja, através de pesquisa com fornecedores;

7.7. Cabe ressaltar que o relatório de pesquisa de preços foi realizado conforme preconiza a IN SLTI/MPOG 73/2020 e encontra-se no documento SEI (0336606);

7.8. Para a estimativa de preço foram consultadas quatro empresas integradoras. O preço estimado da contratação de cada item foi calculado pela média aritmética simples dos valores das propostas. Esse preço é apresentado na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
01	Solução Integrada de Alta Disponibilidade para data center em conformidade com os requisitos da norma ABNT/NBR 10.636 com suporte técnico por 12 meses	12.669.346,84

TOTAL	12.669.346,84
--------------	---------------

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Estimativa de impacto econômico-financeiro no orçamento

Estima-se que a presente contratação seja realizada pelo valor aproximado de R\$12.669.346,84 (doze milhões, seiscentos e sessenta e nove mil trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

Os recursos financeiros para esta contratação são provenientes da fonte de recursos 0100.

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

9.1. A contratação envolve a realização de desenho, projeto e implantação de solução de alta disponibilidade para data center, movimentação de equipamentos e suporte técnico especializado.

9.2. As atividades relacionadas a instalação da solução deverão ser entregues em até 210 (duzentos e dez) dias a contar da assinatura do contrato.

	Dia 0	5 dias corridos	30 dias corridos	5 dias corridos	5 dias corridos	125 dias corridos	30 dias corridos	10 dias corridos
Atividade	Assinatura do Contrato							
		Início do Projeto Executivo						
			Contratada apresentar a primeira versão do projeto executivo					
				Apreciação do projeto Executivo e apresentação das alterações necessárias pela CONTRATANTE				
					CONTRATADA apresentar a nova versão do Projeto Executivo, após alterações ou correções			
						Implantação dos subsistemas da solução		
							Planejamento do <i>moving</i> dos equipamentos de TIC do data center atual para o novo ambiente, a contar da autorização para execução do serviço	
								Repasse de conhecimento (treinamento), entrega da documentação e <i>as built</i> de toda a solução, a contar do <i>moving</i> dos equipamentos
	-	5 dias corridos	40 dias corridos			165 dias corridos		
Total de dias	210 dias corridos							

9.3. O cronograma de pagamento de cada etapa ocorrerá conforme detalhado na tabela abaixo. Cabe ressaltar que os percentuais descritos foram

determinados de acordo com a média das pesquisas de preços realizadas na fase de elaboração do projeto.

ETAPA	DESCRIPTIVO ENTREGÁVEL	PRAZO EM DIAS	PERCENTUAL DE FATURAMENTO DO OBJETO
1	Assinatura do Contrato	5 dias	0%
2	Entrega e aprovação do Projeto Executivo	Etapa 1 + 45 dias	2%
3	Entrega das adequações de engenharia e montagem das salas que compõe a solução	Etapa 2 + 60 dias	27,5%
4	Entrega das instalações elétricas, frigorígenas e montagem do ambiente seguro, incluindo racks	Etapa 3 + 20 dias	43%
5	Entrega das instalações lógicas, incluindo cabeamento metálico e óptico	Etapa 4 + 20 dias	15%
6	Montagem dos sistemas supervisórios, quadros elétricos e demais componentes.	Etapa 5 + 20 dias	9%
7	Entrega do planejamento e realização do moving dos equipamentos de TIC do data centers atual para a nova solução com todas as ativações	Etapa 6 + 30 dias	2,5%
8	No Termo de Aceite Definitivo, após entrega de toda a documentação da solução (<i>as built</i>), repasse de conhecimento (treinamento) e homologação geral da solução	Etapa 7 + 10 dias	1%

9.4. Ao término da montagem do ambiente seguro, a contratada deverá realizar a movimentação dos equipamentos de TI para o novo data center em até 30 (trinta) dias a contar da data da autorização para realização da mudança.

9.5. O pagamento desta etapa, referente a 2,7% do valor total do contrato, será efetuado em parcela única ao término da movimentação, religamento dos equipamentos e entrega de toda a documentação da solução (*as built*) e repasse de conhecimento.

9.6. A documentação a qual se refere o item anterior compreende caderno impresso e mídia digital contendo os projetos em formato CAD (quando aplicável), manuais de produtos, mapa de cabeamento e outras documentações em formato texto.

9.7. O suporte técnico especializado será realizado pelo prazo de 12 (doze) meses a contar do aceite da movimentação dos equipamentos. Para esta etapa está prevista a previsão de pagamento mensal.

9.8. A primeira fatura somente deverá ser emitida após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da solução de alta disponibilidade para data center.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Regime de execução do contrato ou forma de execução

10.2. A definição do regime de execução da contratação deve considerar que a entrega do objeto deve ser por preço certo e total. Considerando a possibilidade dos interessados apresentarem, durante o procedimento licitatório, o preço final do contrato, já que o objeto é um bem comum, cujas características estão objetivamente definidas neste Termo de Referência, o regime adotado é o de **empreitada por preço global**.

10.2.1. O regime adotado leva em conta que, a partir dos requisitos para execução do objeto apresentados pela ABIN, as licitantes têm condições de elaborar as propostas conhecendo de antemão as obrigações que serão efetivamente assumidas com a celebração do contrato.

10.3. Reajuste

10.3.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

10.3.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da

anualidade;

10.3.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

10.3.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

10.3.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

10.3.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

10.3.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

10.3.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.4. **Critério de seleção**

10.4.1. Devido à padronização existente no mercado, os bens e serviços de tecnologia da informação aqui pretendidos, atendem a protocolos, métodos e técnicas preestabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado estando, dessa forma, caracterizados como bens comuns;

10.4.2. Considerando que os produtos e serviços pretendidos são classificados como bens/serviços comuns na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002, e conforme previsto no Inciso X do art. 4º da Lei nº 10.520/02 e no parágrafo único do art. 25 da IN SGD/ME Nº 1/2019, a contratação será realizada mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo "menor preço global";

10.5. **Critério de aceitabilidade de preços**

10.5.1. Será observado o preço máximo global, respeitando os preços máximos por grupo.

10.5.2. A tabela de referência com os preços unitários máximos está anexa a este Termo de Referência. O valor dos itens individuais poderá ter preço superior ao máximo aceitável, porém o valor do grupo deve estar abaixo do valor máximo aceitável.

10.6. **Critérios de Julgamento das Propostas**

10.6.1. Por ocasião da apresentação da proposta comercial com a descrição do item proposto, na fase de habilitação, a licitante deverá, obrigatoriamente, demonstrar que o produto ofertado atende às exigências solicitadas nesta especificação, podendo para tanto embasar-se em documentação pública e oficial do fabricante do equipamento;

10.6.1.1. Serão aceitos catálogos, *datasheets*, manuais, páginas da web, brochuras ou outra documentação oficial onde se possa de maneira inequívoca identificar o modelo de equipamento proposto. A comprovação e suas referidas documentações poderão ser fornecidas em mídia eletrônica;

10.6.1.2. Na fase de habilitação e envio da proposta comercial, para fins de identificação do objeto, a LICITANTE deverá apresentar descrição do objeto ofertado, que deve ser caracterizado de maneira inequívoca, incluindo a informação da marca e o modelo do equipamento proposto para fins de avaliação, conforme descrito no item anterior;

10.6.1.3. Será obrigatória a demonstração de atendimento de todos os requisitos exigidos por meio da indicação do Número da página da documentação fornecida para cada Item/Subitem das especificações técnicas;

10.6.1.4. A proposta comercial deverá indicar, por meio da documentação técnica, a página o item e o subitem, se houverem, a localização das especificações técnicas;

10.6.1.5. A escolha do material a ser utilizado para comprovação das especificações técnicas ficará a critério do proponente;

10.6.1.6. Havendo dúvidas na comprovação da especificação, a sessão pública do certame poderá ser suspensa e ser solicitado à LICITANTE, por meio de diligência, esclarecimentos sobre a especificação dos produtos cotados;

10.6.1.7. A licitante deverá ainda, apresentar declaração de que o produto atende a todas especificações exigidas.

10.6.1.8. Na proposta apresentada, deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas com mão de obra, fretes, taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, incluindo todos os componentes de custo dos serviços (equipamentos, insumos, softwares, licenças de uso, etc.) e o lucro, todas necessárias à perfeita

execução do objeto da licitação;

10.7. Critérios para análise das amostras ou da prova de conceito

10.7.1. Devido às características do objeto, a prova de conceito não se aplica. Entretanto, cabe ressaltar que outros instrumentos serão usados para aferir a compatibilidade da proposta com o edital, tal como *datasheets* e manuais.

10.7.2. A Licitante deverá apresentar em conjunto com sua proposta, catálogos técnicos dos principais componentes da solução para comprovação do atendimento as características, tais como: Sala Modular, UPS, Gerador, Climatização de Precisão e Climatização de Conforto;

10.8. Requisitos de habilitação da licitante

10.8.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital;

10.8.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pela licitante estão previstos no edital.

10.8.3. Com o intuito de minimizar os riscos da contratação e alcançar os resultados esperados, é imprescindível que o LICITANTE possua capacidade técnica e de fornecimento para executar o objeto da licitação;

10.8.4. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pela licitante serão:

10.8.4.1. Registro ou inscrição no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas neste Termo de Referência, em plena validade, nos termos do Art. 30, inciso I, da Lei 8.666/93;

10.8.4.2. Comprovação da capacidade técnico-operacional relacionada ao objeto licitado, com fulcro no art. 30, inciso II, e § 1º, da Lei nº 8.666/1993, a fim de garantir que a licitante já forneceu solução compatível com a que será licitada e que, por essa razão, poderá executar satisfatoriamente o objeto.

I - A capacidade técnica a ser aferida está relacionada às parcelas de maior relevância e também àquelas de valor significativo do objeto da licitação. Importante esclarecer que nem sempre as parcelas de maior relevância são aquelas de valor significativo. A contratação aqui pretendida envolve a conjugação de diversos componentes ou subsistemas que funcionam em conjunto para que tenha um ambiente seguro de hospedagem dos ativos de TIC. O subsistema de refrigeração de precisão, por exemplo, apesar de não ser tão oneroso quanto o subsistema de alimentação elétrica, representa uma função essencial dentro da solução, sem o qual os diversos equipamentos da sala segura podem ser submetidos a altas temperaturas e a danos materiais significativos. Assim, não apenas os valores dos componentes devem ser levados em conta quando comparados ao valor total da contratação, mas também o papel que cada subsistema desempenha do ponto de vista técnico e funcional da solução.

10.8.4.3. A prova da capacidade técnico-operacional será feita por meio da apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, relativo à execução de serviço compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, quais sejam:

- I - 300kVA de instalações elétricas em baixa tensão (1000V);
- II - Gerador de energia elétrica com 300kva, sendo 02 geradores de 150kva cada;
- III - 02 Equipamentos No break (UPS) de 60kVA cada;
- IV - 12 Quadros de distribuição elétrica para data center em baixa tensão;
- V - 350 Pontos lógicos para o sistema de cabeamento estruturado em categoria 6A blindado;
- VI - 400 Pontos óticos (pares de fibra) para o sistema de fibra ótica com cabos multimodo, conexão MPO;
- VII - Construção ou adequação de ambiente destinado a Sala Segura, Data Center ou Sala Cofre, com no mínimo 40m² de área.
- VIII - Montagem e instalação de célula estanque com painéis com no mínimo 20m² de área.
- IX - Sistema de Ar condicionado de precisão com 20TR de potência;
- X - Sistema de Detecção de Incêndio do tipo automático endereçável;
- XI - 01 Sistema de Detecção Precoce a Laser;
- XII - Sistema de Combate com gás Ecaros -25 (HFC 125) /FM-200

ou Novec 1230;

XIII - Serviços de mudança do Data Center "*Moving*", envolvendo planejamento, documentação, mapeamento, identificação, transporte especializado e procedimentos para desligar e religar ao menos 30 equipamentos (racks, servidores, switch e storage) da sala do atual para o novo Data Center.

XIV - Manutenção preventiva e corretiva em data center tipo sala segura modular, contendo ar condicionado de precisão, nobreaks e sistema de detecção e combate a incêndio, por um período mínimo de 12 meses.

10.8.4.4. Os itens acima foram considerados de maior relevância, pois elencam componentes críticos de cada subsistema da solução integrada de alta disponibilidade para data center;

10.8.4.5. Os itens I, II, III e IV representam quase 30% (trinta por cento) do valor total da solução e constituem a parte do sistema elétrico da sala, sob a qual, sem ela, nenhum outro componente da sala funcionará;

10.8.4.6. Os itens V e VI dizem respeito a conectividade dos equipamentos de TIC que serão instalados no ambiente seguro. Um data center é uma solução projetada para abrigar equipamentos que operam em conjunto fornecendo serviços de TIC aos usuários finais. Esses equipamentos precisam estar interconectados entre si, seja por cabos metálicos ou por cabos ópticos, para que esses serviços possam ser entregues. Um sistema de cabeamento bem executado e certificado é primordial para o bom funcionamento de um data center, pois evita erros de retransmissão ou perda de informação entre a interconexão dos equipamentos e permite aos administradores das soluções de TIC extrair o mais de desempenho desses equipamentos;

10.8.4.7. Os itens VII e VIII referem-se a preparação do ambiente e construção da célula segura, objeto principal da solução de alta disponibilidade para data center;

10.8.4.8. O subsistema de refrigeração de precisão listado no item IX, representa uma função essencial dentro da solução. Os equipamentos instalados dentro do data center produzem grandes quantidades de calor, comumente passando dos 100°C e o sistema de refrigeração precisa ser eficaz e eficiente a ponto de manter esses equipamentos em temperaturas aceitáveis de funcionamento. O aumento da temperatura poderá ocasionar danos materiais significativos;

10.8.4.9. Os itens X, XI e XII formam o sistema de detecção e combate a incêndio, módulo importante para a manutenção da segurança do ambiente. A solução pretendida tem como objetivo garantir a integridade e disponibilidade dos serviços de TIC hospedados nos equipamentos instalados no data center. São equipamentos caros, contendo informações importantes e que precisam ser resguardados a todo custo. Sendo assim, se faz de suma importância detectar e prevenir a perda de informações ou de material por um incêndio causado por curto-circuito ou superaquecimento em um dos equipamentos instalados;

10.8.4.10. O serviço de *moving*, item XIII, está relacionado a capacidade de movimentar um data center de um novo local de maneira planejada, organizada e eficaz. É importante destacar que ao movimentar um data center todos os equipamentos precisam ser desligados, desconectados e transportados, de forma segura, até o local de destino, onde eles serão reconectados e religados. Ao término da movimentação dos equipamentos, todos os serviços e dispositivos precisam estar em perfeito funcionamento, como estavam antes da movimentação. Um bom planejamento de movimentação impacta também no menor tempo de indisponibilidade dos serviços de TIC e melhor documentação dos dispositivos e interligações existentes;

10.8.4.11. Por último, o serviço de manutenção tem grande relevância por ser a atividade que irá manter a solução funcionando, preserva o investimento inicial e permite alcançar os objetivos da segurança e alta disponibilidade que se espera ao adquirir uma solução integrada de alta disponibilidade para data center.

10.8.5. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) demonstrar a capacidade técnica da LICITANTE em fornecer uma Solução Integrada de Alta Disponibilidade para *data center*, incluindo os seus respectivos subsistemas, em sua totalidade. Em hipótese alguma serão aceitos atestados que comprovem somente parte da Solução a ser adquirida;

10.8.6. Será admitido, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, de área ou de limite temporal exigido em cada um dos incisos I a XIV acima, o somatório de quantitativos de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

10.8.7. Será aceito, também, o somatório de diferentes atestados para a comprovação da execução anterior de todos os tipos de serviços exigidos nos incisos I a XIV acima;

10.8.8. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;

10.8.9. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executados objetos similares;

10.8.10. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado da emitente, contendo a identificação do signatário, nome, endereço, telefone e, se for o caso, correio eletrônico, para contato e deve(m) indicar as características dos bens entregues pela LICITANTE;

10.8.11. No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente;

10.8.12. Apresentação de atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme modelo constante do Anexo V;

10.8.13. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

10.8.14. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelos consórcios de empresas serão aqueles previstos no edital.

10.8.15. A Licitante deverá apresentar em conjunto com sua proposta, catálogos técnicos dos principais componentes da solução para comprovação do atendimento as características, tais como: Sala Modular, UPS, Gerador, Climatização de Precisão e Climatização de Conforto;

11. ANEXOS

- I - Termo de Garantia
- II - Especificações Técnicas (0336584)
- III - Descrição do serviço de suporte técnico (0345778)
- IV - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS (0356822)
- V - Termo de Vistoria (0356824)
- VI - Declaração de Não Vistoria (0356828)
- VII - Layout sala segura (0356846)
- VIII - Layout planta completa (0356847)
- IX - Layout salas técnicas (0356850)
- X - Diagrama cabeamento óptico (0356856)
- XI - Diagrama cabeamento metálico (0356866)
- XII - Diagrama unifilar (0356868)
- XIII - Relação de equipamentos para o *Moving* (0356901)
- XIV - Planilha para proposta de preços (0358478)
- XV - Especificação técnica de construção das valas (0357268)

ASSINATURA

IN SGD/ME Nº 1/2019, Art. 12, § 6º

Em atendimento ao disposto no § 6º do art. 12º e no art. 26º da IN SGD/ME 1/2019, encaminhamos o Termo de Referência/Projeto Básico ao Departamento de Administração e Logística para continuidade do procedimento licitatório.

Documento assinado eletronicamente

ANEXO I - TERMO DE GARANTIA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, compromete-se a prestar garantia técnica, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo da solução em pleno funcionamento, nos seguintes termos e condições:

1. O presente termo se refere ao(s) item(ns) _____, _____, constante(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) nº _____/2020 e rege-se pelo disposto nos artigos 69 e 73, § 2º da Lei 8.666/93, artigo 50, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, bem como pelas regras do Processo nº _____/2020 e Contrato nº _____/2020;
2. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA terá a obrigação de substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeito insanável, constatado em intervenção de manutenção ou atendimento de suporte técnico, conforme prazos definidos no Termo de Referência;
3. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA terá a obrigação de substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem 2 (duas) ou mais intervenções de manutenção ou atendimento de suporte técnico em um período de 60 (sessenta) dias.
4. Na reposição de qualquer equipamento, durante a vigência da garantia, havendo a descontinuidade tecnológica componentes de produção do dispositivo, a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro que atenda as especificações exigidas no Projeto Executivo e submetê-lo a homologação da ABIN;
5. Os procedimentos cobertos pela garantia descritos acima incluem mão de obra, peças e componentes e, em caso de necessidade de manutenção fora das dependências da ABIN, transportes e seguros também se aplicam, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;
6. A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação e materiais e componentes empregados no fornecimento do objeto da contratação;
7. Todos os itens substituídos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação daqueles originalmente entregues;
8. O descumprimento das regras constantes neste Termo de Garantia sujeitará a responsável às penalidades legais e contratuais previstas.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.

Nome

Cargo/Função

Empresa